

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 900013/2026/TCE-RO**

**RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO**

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 06/07/2026, às 09h00min (horário de Brasília), no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: <b>01/07/2026</b>
--	---

<b>Objeto:</b>		
Contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes no Termo de Referência.		
<b>Valor Estimado da Contratação (Global)</b>		
R\$ 622.373,56 (seiscentos e vinte e dois mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos)		
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>
NÃO	SIM	Termo de Contrato
<b>Forma de Adjudicação</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Intervalo mínimo entre lances</b>
Grupo único	Aberto	1% (um por cento)

<b>Documentos de habilitação (Item 10 e Anexo III)*</b>	
<p><b><u>Requisitos Básicos:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor ou decreto de autorização;</li> <li>- Cédula de identificação e documento de outorga de poderes do representante;</li> <li>- Regularidade Fiscal e Trabalhista completa (consulta pelo pregoeiro ao SICAF, preferencialmente);</li> <li>- Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos de Combate ao Trabalho Escravo, CAGEFIMP, CEIS, CNEP e CNIA;</li> <li>- Consulta pelo pregoeiro ao Cadastro de Fornecedores do TCE-RO e Lista de inidôneos do TCU.</li> </ul>	<p><b><u>Requisitos Específicos:</u></b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Qualificação Econômico Financeira:             <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - Lei n. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade;                 <p>I - Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.</p> </li> </ol> </li> <li>Qualificação Técnica:</li> </ol>

2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Execução de serviços de edição e finalização de vídeos de natureza jornalística, institucional, documental ou similar, que comprovem a capacidade de construção de narrativa (storytelling), seleção de sonoras, inserção de trilhas e elementos gráficos de identificação, em padrão de alta definição (Full HD ou superior), **com quantitativo de 125 unidades (produto final);**

b) Realização de transmissões ao vivo (streaming) de eventos, sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos, com a utilização simultânea de, no mínimo, 06 (seis) câmeras em padrão de qualidade Full HD, incluindo a operação de corte e direção de imagem em tempo real, **com quantitativo de 25 unidades (eventos).**

**Condições detalhadas no Termo de Referência, item 9 e seguintes.**

**\* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado nas seções do instrumento convocatório acima indicadas. Na divergência entre os documentos de habilitação presentes no Termo de Referência e o Anexo III do edital, prevalecerão as condições deste último.**

Licitação ME/EPP?	Exclusiva	Reserva ME/EPP?	Cota	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
Não		Não		Não	Não
<b>Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares</b>					
02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens.					
<b>Telefone para contato</b>			<b>E-mail para contato:</b>		
(69) 3010-0933 (69) 3010-0934 (69) 3010-0936			<a href="mailto:pregoeiro@tce.ro.gov.br">pregoeiro@tce.ro.gov.br</a>		

**Observações Gerais:**

- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no Anexo I - Termo de Referência e Anexo II - Orientações e modelo de proposta.

- Após a fase de lances e negociação de preços, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado, e os documentos de habilitação exigidos no edital, quando convocado pelo Pregoeiro.

- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante, quando convocado pelo Pregoeiro.



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 19/06/2026, às 14:00, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1067826** e o código CRC **D1C7F3BD**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço, grupo único, realizado no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Edital está disponível para *download* gratuito nesse endereço e no Portal de Transparência do TCE-RO: <https://transparencia.tce.ro.gov.br/transparenciatce/LicitacoesContratos/Licitacoes>.

UASG: **935002**. Processo: 008803/2025 Legislação regente: **Lei Federal n. 14.133/2021**.

**OBJETO:** Contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, condições detalhadas no edital.

Data de realização: **06/07/2026, horário: 09h00min** (horário de Brasília-DF).

Valor total estimado: **R\$ 622.373,56 (seiscentos e vinte e dois mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos)**.

Pregoeiro(a): **ADRIANA LARISSA FREITAS DOS SANTOS**



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 19/06/2026, às 12:25, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1067827** e o código CRC **1A77DF42**.

Referência: Processo nº 008803/2025

SEI nº 1067827

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade\_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 - [www.tce.ro.tc.br](http://www.tce.ro.tc.br)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO

UASG: 935002

#### PREÂMBULO

O **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, inscrito no **CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10** torna pública a realização do presente Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, com ampla participação, para aquisição do objeto abaixo descrito. A licitação, autorizada no Processo Administrativo SEI n. 008803/2025, será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06 e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, independentemente de sua transcrição, e pelas condições constantes neste Edital.

Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30 às 13h30, pelos telefones (69) 3010-0933, (69) 3010-0934, (69) 3010-0936, ou pelo e-mail: [pregoeiro@tce.ro.gov.br](mailto:pregoeiro@tce.ro.gov.br). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e no Portal da Transparência deste TCE-RO ([www.tceroc.br](http://www.tceroc.br)).

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital consiste na contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

1.2. As especificações devem constar no termo de referência (Anexo I), sendo vedada cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada.

1.3. A licitação será realizada em grupo único, formado por 13 (treze) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. As informações acerca da entrega do bem/prestação do serviço estão pormenorizadamente descritas no Termo de Referência.

#### 2. CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações, prevalecerão as constantes do edital.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com certificação digital.

#### 3. DA COMUNICAÇÃO

3.1. Toda a comunicação será realizada por meio eletrônico:

- I - Durante o procedimento licitatório, por meio das ferramentas de comunicação do sistema Comprasnet;

II - Alternativamente, a critério do pregoeiro ou após a conclusão do certame, por e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta).

3.2. No caso de comunicação por e-mail, a ciência do ato dar-se-á na data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação ao término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

3.3. Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá ser feito ao e-mail institucional **pregoeiro@tce.ro.gov.br**, sendo posteriormente disponibilizados para consulta no sítio eletrônico.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou pela sua eventual desconexão.

4.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. Restrições à participação de pessoas físicas e/ou jurídicas (no que couber) e sem prejuízo de outras previsões legais específicas:

- I - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II - Impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- III - Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- IV - Empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, IV da Lei n. 14.133/2021[1];
- V - Em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- VI - Impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia;
- VII - Suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Órgão;
- VIII - Punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar[2];
- IX - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- X - Órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital - nos casos de Edital de licitação para registro de preços, na forma do art. 82, inciso VIII da Lei 14.133/2021;
- XI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- XII - O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- XIII - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,

acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

XIV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

XV - Empresas sob a forma de consórcios, conforme item 16 do Termo de Referência.

4.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos XII e XIII do item 4.5 deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em português (ou traduzidos por tradutor juramentado).

4.10. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

## **5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS**

5.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, nos prazos previstos na legislação, via e-mail para o endereço [pregoeiro@tce.ro.gov.br](mailto:pregoeiro@tce.ro.gov.br), não suspendendo os prazos previstos no certame.

5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/21.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **6. DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

6.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação do termo de referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

6.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

6.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:

I - Contiver vícios insanáveis;

II - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

VI - Cotação de objeto diverso;

- VII - Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- VIII - Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- IX - Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;
- X - Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;
- XI - Proposta e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

6.4. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2. O critério de julgamento desta licitação será aquele descrito no **item 1** do presente Edital.

7.3. O envio dos lances deverá corresponder ao valor total do item. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (conforme consta do orçamento estimativo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.5.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir justificadamente o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Ao final da etapa de lances, ocorrendo empate ficto de ME/EPP (art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/06) o sistema eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos de preferência.

7.7. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de JULGAMENTO, permanecendo on-line para atender eventuais convocações do pregoeiro e mensagens do sistema, sob o risco da perda de direitos.

7.9. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão desta licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sistema eletrônico de compras (no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)), em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após ao aviso.



7.11. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.12. **Esgotados todos os critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.**

## **8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

8.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

8.2. A obtenção de benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação para a licitação, em atendimento ao previsto no artigo 4º da Lei n. 14.133/2021.

8.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

8.4. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

## **9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, observando os critérios de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Após a negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros previstos no item 10 - DA HABILITAÇÃO.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.6. Na ocorrência citada no item 10.4, o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o licitante provisoriamente classificado deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida, no prazo de até 02 (duas) horas, a partir da convocação efetuada pelo pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema COMPRASNET.

9.10. O pregoeiro examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

9.11. Caso atendidas as condições de participação observando o disposto no item 6 - DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS, será iniciado o procedimento de habilitação.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se em anexo a este edital, a qual poderá ser substituída por registro cadastral emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

10.2. A habilitação do licitante poderá ser comprovada mediante consulta on-line a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.3. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral em validade, emitido pela Comissão de Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, será válida opcionalmente, como comprovação da habilitação requerida.

10.4. Serão consultados, para fins de habilitação:

- I - As declarações prestadas em campo próprio do sistema;
- II - SICAF;
- III - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;
- IV - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- V - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- VI - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- VII - Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo;
- VIII - Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- IX - Cadastro de Fornecedores do TCE-RO.

10.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II - Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III - Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

10.6. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos há menos de noventa dias.

10.7. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

## **11. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Caberá recurso em face de:

- I - Julgamento das propostas;
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III - Anulação ou revogação da licitação.

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

- I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento.

11.3. Qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos após a aceitação da proposta e habilitação do fornecedor.

- I - A falta de manifestação do interesse de recorrer no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O licitante deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

11.5. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

11.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

11.9. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.10. A adjudicação do objeto e a homologação do resultado deste pregão compete ao ordenador de despesas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

## **12. DAS PENALIDADES**

12.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no Regulamento Referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obra. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - advertência;
- II - multa moratória;
- III - multa contratual;
- IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

12.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação assumida.

### **13. OS PROCEDIMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DO CERTAME**

13.1. A Administração disponibilizará mecanismo de assinatura eletrônica para assinar o instrumento contratual.

13.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa do contrato, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

13.3. A adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail) para assinatura do contrato, no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, devendo realizar a assinatura no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

13.4. A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, serão realizados de acordo com as disposições constantes na Lei 14.133/21 e nos regulamentos internos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

13.5. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento ao contratado de acordo com o estabelecido no Termo de Referência /Projeto Básico, e em conformidade com as disposições estabelecidas no regulamento interno de ordem cronológica de pagamentos.

13.6. Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento-base, cujo índice será o disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Instrumento Contratual.

### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

14.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

14.3. A contratada deverá disponibilizar e manter controle permanente sobre endereço eletrônico (e-mail), o qual será o canal oficial de comunicação, sendo válido para avisos, comunicações formais, notificações e todo o contato oficial, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta.

14.4. Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

14.5. Integram este edital os anexos a seguir:

- Anexo I – Termo de referência;
- Anexo II – Orientações e modelo de propostas;
- Anexo III – Relação de documentos de habilitação;
- Anexo IV – Minuta do contrato; e
- Anexo V – Planilha de resumo de preços.

Porto Velho - Rondônia, datado e assinado eletronicamente.

---

[1] Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

[2] Conforme entendimento exarado no Parecer nº 210/15-ASSEJUR/GP/TCE-RO, a suspensão do direito de licitar e contratar lastreada no art. 87, III da Lei 8.666/93 “espraia-se para além do órgão e do ente federativo da qual irrompeu”. A este respeito, ver STJ, T2 - Segunda Turma, REsp 151.567/RJ, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, j. 25/02/2003, p. DJ 14/04/2003 e STJ, T2 – Segunda Turma, REsp 174.274/SP, Rel. Min. Castro Meira, j. 19/10/2004, p. DJ 22/11/2004.

---



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 17/06/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1066766** e o código CRC **B74F8C5D**.

---

Referência: Processo nº 008803/2025

SEI nº 1066766

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade\_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 - [www.tzero.tc.br](http://www.tzero.tc.br)

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/TCE-RO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS**

Constitui o Anexo I do presente edital o Termo de Referência e seus anexos, elaborados pela Assessoria de Comunicação Social - ASCOM, conforme documentos transcritos abaixo:

- Termo de Referência (1066582);
- Anexo A - Descrição dos serviços (1040917);
- Anexo B - Obrigações das partes (1040798);
- Anexo C - Declarações Legais (1040800);
- Anexo D - Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade (1040806);
- Estudo Técnico Preliminar (1001935);
- Mapa de Risco (1001937).



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 17/06/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1066760** e o código CRC **365CC851**.

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 008803/2025

### 1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. A unidade requisitante da presente contratação é a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

### 2. OBJETO

2.1. Contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2.2. O prazo de vigência inicial da contratação é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

#### MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A comunicação institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia desempenha papel estratégico na consolidação da transparência ativa e do controle social, funcionando como elo entre o rigor técnico da fiscalização e a percepção cidadã. Nesse sentido, a ASCOM passou por reestruturação, formalizada pela Resolução nº 423/2024/TCE-RO.

3.2. Os resultados dessa transformação são expressivos: crescimento de 462% nas visualizações do portal oficial, 2ª posição nacional em engajamento entre os Tribunais de Contas e 1º lugar no Prêmio Comunica 2025, conquistas que evidenciam a maturidade da estratégia adotada e a necessidade de sustentá-la com suporte técnico especializado.

3.3. A estrutura atual da ASCOM conta com servidores efetivos e com postos de trabalho terceirizados, que supre as demandas rotineiras da unidade. Contudo, a produção audiovisual de alta complexidade transcende a capacidade operacional e tecnológica dessa estrutura fixa, exigindo equipamentos de ponta, equipes técnicas especializadas e expertise em marketing digital.

3.4. Portanto, a presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a máxima eficiência e qualidade técnica superior na produção de conteúdos sob demanda, permitindo que o Tribunal utilize expertise de mercado para transmitir informações institucionais de forma clara, acessível e impactante. Sob a estrita supervisão da ASCOM, essa contratação garantirá que a missão pedagógica e fiscalizadora do TCE-RO alcance a sociedade com a eficácia necessária, fortalecendo o direito constitucional à informação e a transparência pública.

#### JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE SOLICITADA

3.5. Conforme justificado no item 7 do Estudo Técnico Preliminar (id. 1001935), a quantidade estimada considerou o histórico de execução do Contrato nº 24/2024/TCE-RO.

#### CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

3.6. A presente contratação encontra respaldo no planejamento institucional, conforme instrumentos abaixo relacionados:

- a) Previsão no item **084.050.PAC.2026** do Plano Anual de Contratações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Serviços de produção, edição e finalização de material audiovisual com conteúdo jornalístico, institucional, documental, educacional e informativo (pág. 21 do id 0896756);
- b) Relação com o planejamento estratégico vigente, no Eixo B - 5) Estruturar mecanismos de gerenciamento de riscos de processos e de conduta, com vistas a fortalecer a integridade institucional.

#### 4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO / QUADRO RESUMO / REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### DETALHAMENTO DO OBJETO E QUADRO RESUMO

4.1. Os serviços, objeto deste Termo de Referência, devem atender às especificações técnicas e os quantitativos constantes do **Anexo A** e no quadro a seguir:

GRUPO ÚNICO			
Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade
1	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas na cidade de Porto Velho.</b>	SERVIÇO	49
2	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas no interior do Estado de Rondônia.</b>	SERVIÇO	6
3	Elaboração de <b>roteiro</b> para vídeos institucionais, a ser elaborada por jornalista, consistindo em produção de texto com informações para captação de imagens e junção ao áudio, seja em off ou spot, que descreva os aspectos ligados à produção audiovisual do início ao fim, com a consequente entrega de produto final.	SERVIÇO	6
4	<b>Narração/Locução</b> profissional para vídeos institucionais, deve ser realizada em estúdio ou com equipamento profissional que garanta alta qualidade de áudio, livre de ruídos, ecos ou distorções, com a consequente entrega de produto final.	SERVIÇO	6
5	Cobertura de evento com até <b>4 (quatro) horas</b> de duração, contendo duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc). Equipe técnica completa com dois cinegrafistas, operadores de corte. Transporte de equipe e equipamentos para solenidades, seminários e cursos da ESCON e/ou outros eventos institucionais. O serviço deve atender capital e interior do Estado de Rondônia.	SERVIÇO	13
6	Captação em estúdio, que pode ser na empresa ou nas dependências do TCERO conforme a necessidade, para entrevista, com duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc), com equipe técnica completa, iluminação de estúdio, mesa de áudio e kit de microfones para até 4 pessoas, incluindo o moderador para talk show, entrevistas e debates.	SERVIÇO	24
7	<b>Edição Nível I (Essencial)</b>  Edição simples de vídeo de cobertura de eventos para acervo, utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existentes. Edição simples, sem roteiro específico. Com inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Edição linear de cortes secos e finalização rápida.	UNIDADE	40



GRUPO ÚNICO			
	A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.		
8	<p><b>Edição Nível II (Intermediária)</b></p> <p>Edição de matéria jornalística e vídeo utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existente. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para utilização da ilha.</p> <p><b>Critério técnico:</b> Envolve construção de narrativa (storytelling), seleção de sonoras/entrevistas, inserção de GCs de identificação e trilha sonora.</p> <p>A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.</p>	UNIDADE	250
9	<p><b>Edição Nível III (Complexa)</b></p> <p>Edição de vídeo institucional e/ou promocional, utilizando imagens captadas e/ou banca de imagens existentes. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha, atendendo a roteiro produzido especificamente para o vídeo.</p> <p><b>Critério técnico:</b> Exige roteirização técnica, tratamento de cor (<i>color grading</i>), mixagem de áudio avançada e elementos de identidade visual animada (<i>motion graphics</i>).</p> <p>A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.</p>	UNIDADE	60
10	Produção de vinhetas animadas sonorizadas, em computação gráfica 2 D para utilização em vídeos e matérias jornalísticas (abertura, transição e encerramento de vídeo, mapas, infográficos, letterings, etc..). Produtos com até 15 segundos de duração.	SERVIÇO	5
11	Transmissão de sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos em modalidade "Streaming", com 06 (seis) câmeras padrão de qualidade mínima FULL HD (1920x1080px) equipe composta por cinegrafista, operador, kit de microfones, diretor de imagem, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até <b>4 (quatro) horas</b> de duração na cidade de Porto Velho.	SERVIÇO	51
12	Gestão de tráfego pago em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	SERVIÇO	12
13	Créditos para impulsionamento em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	SERVIÇO	48.000

#### GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

4.2. Não se aplica.

#### CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

4.3. Considerando a complexidade técnica dos serviços de transmissão ao vivo e a existência de infraestrutura de cabeamento e sistemas específicos já instalados nas dependências do Tribunal, cujas particularidades físicas e lógicas podem impactar diretamente o dimensionamento de custos e a estratégia operacional das licitantes, faz-se indispensável assegurar que as empresas interessadas detenham pleno conhecimento das condições fáticas do ambiente. Tal medida visa mitigar o risco de propostas inexecutáveis e prevenir falhas técnicas decorrentes de eventuais incompatibilidades com a rede preexistente, garantindo a isonomia e a segurança jurídica do certame conforme as diretrizes abaixo:

4.4. Ao Licitante interessado no certame **recomenda-se** conhecer previamente as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, procedimento este que será feito mediante visita ao local dos serviços/fornecimento. A visita poderá ser agendada junto à ASCOM pelo número (69) 3609-9028, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 horas às 13:00 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

#### **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

4.8. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, nesse sentido, a CONTRATADA deverá priorizar o uso de tecnologias e processos que favoreçam o armazenamento e a distribuição digital de conteúdos, a fim de reduzir o desperdício de insumos materiais. Adicionalmente, deverá adotar práticas de descarte ambientalmente adequado para os resíduos eletrônicos (e-lixo) gerados, como baterias, cabos e componentes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Deverá, ainda, promover a eficiência energética por meio da utilização preferencial de equipamentos de iluminação, gravação e transmissão de baixo consumo. No âmbito da sustentabilidade social, os conteúdos de caráter institucional, informativo ou educacional destinados à veiculação externa deverão, sempre que couber e for tecnicamente viável, ser entregues com recursos de acessibilidade, como legendas descritivas e tradução para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), quando for o caso, de modo a garantir a inclusão e o amplo acesso à informação.

#### **ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM**

4.9. Os bens/serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público.

4.10. Em atenção ao art. 20 da Lei 14.133/2021, os elementos do planejamento da contratação reafirmam que os bens/serviços descritos neste termo **não possuem características de bem de luxo**, quais sejam: de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. Destaca-se que diversas disposições da Resolução n. 380/2023/TCE-RO, que regulamenta o referido dispositivo legal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, são impossíveis de serem verificadas antecipadamente, demandando que as unidades integrantes da segunda e terceira linha de defesa do controle das contratações (nos termos do art. 169, II e III) aguardem o transcurso natural da instrução processual a fim de certificar a inexistência de controvérsias que exsurjam diante da interação com o mercado, mormente nas pesquisas de preços e impugnações do instrumento convocatório.

#### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS**

4.12. Não haverá indicação de marca para a presente contratação.

#### **DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

4.13. Não haverá vedação de marca para a presente contratação.

#### **DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

4.14. Não haverá exigência de amostra para a presente contratação.

## DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

- 4.15. Não haverá exigência de carta de solidariedade para a presente contratação.

## SUBCONTRATAÇÃO

- 4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. METODOLOGIA DE ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

### LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

- 5.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados, predominantemente, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), situado na Avenida Presidente Dutra, 4229, bairro Olaria, Porto Velho/RO - CEP 76.801-327; Incluindo suas unidades internas, tais como a Escola Superior de Contas (ESCON), situado na Avenida Presidente Dutra, 4250, bairro Olaria, Porto Velho/RO;
- 5.2. Eventualmente, os serviços poderão ser realizados em outros locais previamente definidos pela ASCOM, conforme a necessidade institucional, devendo a CONTRATADA ser comunicada com antecedência mínima de 4 (quatro) dias para fins de planejamento e execução.
- 5.3. Os produtos resultantes dos serviços (vídeos, imagens, materiais audiovisuais e correlatos) deverão ser entregues em formato digital, por meio eletrônico, incluindo, mas não se limitando a e-mail, link para download ou plataforma de armazenamento em nuvem.
- 5.4. Não será exigida a entrega de mídias físicas, salvo solicitação expressa da Administração.
- 5.5. A frequência/periodicidade necessária para a entrega do bem/execução do serviço será sob demanda.
- 5.6. O prazo de entrega/execução será de acordo com **Anexo A**.

### CONVOCAÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.7. A comunicação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela empresa em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Ordem de Serviços, se for o caso, para assinatura via sistema SEI!. Através do mesmo endereço eletrônico, o TCE-RO enviará as comunicações necessárias durante a execução do objeto.
- 5.8. A devolução da Ordem de Serviços devidamente assinada será no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do comunicado e-mail. No caso de empresas fora do Estado de Rondônia, somente em último caso será utilizado o sistema postal físico (Correios), nesta situação o prazo de 3 (três) dias úteis será para realizar a postagem da documentação, sendo excluído da contagem de prazo os dias necessários para o Correios entregarem a postagem.
- 5.9. A recusa da empresa em formalizar a contratação no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracterizar-se-á como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a aplicação de penalidades na forma prevista neste documento.

### RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.10. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações e os Regulamentos internos deste TCE-RO, o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.
- 5.11. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, será recebido da seguinte forma:
- a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**;
  - b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de **7 (sete) dias úteis** após o recebimento provisório;
- 5.12. Constatada qualquer irregularidade, o objeto poderá ser rejeito no todo ou em parte, e a empresa será, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a partir da notificação, para fazer a

substituição/regularização necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e legislação vigente. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

5.13. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

5.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

## **6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

### **Procedimentos gerais de faturamento**

6.1. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento, mediante a apresentação da nota fiscal, com aceite do servidor/comissão designado como fiscal da contratação, da importância correspondente ao fornecimento efetuado, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, conforme dispõe a RESOLUÇÃO N. 383/2023/TCE-RO.

6.2. O prazo para pagamento poderá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

6.3. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho correspondente.

6.4. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido no edital não será aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

6.5. A devolução da nota fiscal não aprovada por este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.

6.6. Forma de pagamento mensal, mediante apresentação de Notas Fiscais e demais documentos necessários para a plena regularidade contratual.

6.7. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

## **7. REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

## 8. PENALIDADES

8.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na [Lei n. 14.133/2021](#) e nos termos da [Resolução n. 382/2023/TCE-RO](#) e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - Advertência;
- II - Multa moratória;
- III - Multa contratual;
- IV - Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

8.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

8.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

Prazo de cumprimento da obrigação	Percentual máximo de multa diária	Valor máximo de multa diária
Até 10 dias	1%	R\$ 1.000,00

Prazo de cumprimento da obrigação	Percentual máximo de multa diária	Valor máximo de multa diária
entre 11 e 30 dias	0,82%	
entre 31 e 45 dias	0,71%	
entre 46 e 60 dias	0,65%	
a partir de 61 dias	0,50%	

Tabela 01: Limites para aplicação de multa moratória

8.5. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

## 9. HABILITAÇÃO

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

9.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

9.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.8. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;

9.9. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.11. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada;

### QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

#### Justificativa para a exigência de qualificação econômico-financeira

9.12. A exigência fundamenta-se na necessidade de assegurar que a licitante detém a saúde financeira e a solvência indispensáveis ao cumprimento integral das obrigações contratuais. A comprovação de que a empresa não se encontra em estado crítico de insolvência é uma medida preventiva e prudencial da Administração para mitigar riscos de inadimplemento. A ausência dessa garantia comprometeria a segurança do certame, uma vez que empresas em processo de falência ou recuperação podem apresentar fragilidade no fluxo de caixa, impossibilitando a execução de um objeto que exige pronta resposta e disponibilidade técnica contínua para o Tribunal de Contas.

#### Da documentação a ser apresentada para fins de qualificação econômico-financeira

9.13. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/05](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade;

9.14. Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

#### **Da justificativa para a comprovação de qualificação técnica**

9.15. A exigência de qualificação técnica concentra-se nas parcelas de maior valor significativo do objeto, em estrita observância ao art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, recaindo sobre os itens 8 (Edição Nível II) e 11 (Transmissão via *streaming* com 6 câmeras) por representarem o núcleo de maior complexidade operacional e impacto institucional da contratação.

9.16. Tal medida justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante detenha expertise comprovada em processos críticos de narrativa editorial (*storytelling*) e na logística de transmissões simultâneas de grande porte, elementos indispensáveis para a continuidade das sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos promovido pelo TCERO.

#### **Da justificativa para o percentual de 50% de qualificação-operacional**

9.17. A definição do percentual de 50% para a comprovação de capacidade técnico-operacional visa assegurar que a licitante tenha experiência comprovada na execução de projetos de escala similar, minimizando os riscos de insucesso contratual. Ainda, o quantitativo resultante do referido percentual é considerado relativamente baixo para o mercado especializado, de modo que não representa restrição indevida à competitividade. Este critério baseia-se na busca pelo equilíbrio entre a segurança para a Administração e a ampla competição do certame.

#### **Da documentação a ser apresentada para fins de capacidade técnica-operacional**

9.18. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.18.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Execução de serviços de edição e finalização de vídeos de natureza jornalística, institucional, documental ou similar, que comprovem a capacidade de construção de narrativa (*storytelling*), seleção de sonoras, inserção de trilhas e elementos gráficos de identificação, em padrão de alta definição (Full HD ou superior), **com quantitativo de 125 unidades (produto final)**;

b) Realização de transmissões ao vivo (*streaming*) de eventos, sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos, com a utilização simultânea de, no mínimo, 06 (seis) câmeras em padrão de qualidade Full HD, incluindo a operação de corte e direção de imagem em tempo real, **com quantitativo de 25 unidades (eventos)**.

9.18.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.18.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.18.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **DECLARAÇÕES LEGAIS (CONFORME MODELO ANEXO AO TR)**

9.19. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;

9.20. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);

9.21. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);

9.22. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º);

9.23. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);

9.24. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);

9.25. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação;

9.26. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

9.27. Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO.

## 10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização será exercida por:

	Nome Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail institucional
Fiscal Técnico	Wendell Rodrigues da Silva	602	(69) 3010-0610	602@tce.ro.gov.br
Fiscal Administrativo	Ney Luiz Santana	443	(69) 3010-0643	443@tce.ro.gov.br

10.2. Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal atenderá as disposições constantes da Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e Regulamentos internos deste TCE-RO.

10.3. Compete ao Fiscal/Comissão de fiscalização:

- a) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- b) verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
- c) acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
- d) indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

10.4. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

10.5. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução.

## 11. PRAZOS

11.1. **DE ENTREGA:** a contar do recebimento, pela VENCEDORA DA LICITAÇÃO, da Ordem de serviço e/ou data do evento.

ITEM	PRAZO DE ENTREGA
1 a 8	4 dias úteis
9	5 dias úteis
10 e 11	3 dias úteis
12 e 13	7 dias úteis

11.2. **O PRAZO DE VIGÊNCIA** inicial da contratação é de **12 (doze) meses** contados do (a) última assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor orçado para a contratação constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

## 13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



13.1. A despesa decorrente de eventual contratação está prevista no PAC 2026 no item **084.050.PAC.2026** - Serviços de produção, edição e finalização de material audiovisual com conteúdo jornalístico, institucional, documental, educacional e informativo (pág. 21 do id 0896756) e correrá por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme a seguinte Ação Programática: 1010.2981; Elemento de Despesa: 33.90.39.

13.2. As despesas para o exercício subsequente (ou subseqüentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia.

#### 14. **FORMA DE ADJUDICAÇÃO**

14.1. O fornecedor será selecionado, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

14.1.1. O objeto será **adjudicado por grupo/global**, conforme justificativa abaixo.

14.1.2. A forma de adjudicação por grupo/global se justifica por se tratar de uma solução única cuja fragmentação se mostra tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa para a Administração. A demanda constitui uma cadeia produtiva coesa e interdependente, na qual a captação, a edição, a transmissão e o impulsionamento digital são fases de um mesmo processo comunicacional. A divisão em múltiplos itens geraria riscos operacionais de incompatibilidade técnica e ruptura do fluxo de trabalho, comprometendo a agilidade e a qualidade do produto final.

14.1.3. Adicionalmente, a contratação de uma única empresa é condição indispensável para assegurar a unidade conceitual e estética necessária à comunicação institucional, garantindo a padronização que consolida a credibilidade desta Corte de Contas. Portanto, a adjudicação por grupo é a medida que melhor atende ao interesse público, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e eficácia.

14.2. O fornecimento do objeto será **continuado**.

14.3. O Regime de execução da presente contratação será de empreitada por preço unitário.

#### 15. **PREVISÃO DE FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

15.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação deste Termo de Referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

15.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

15.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:

I. Cotação de objeto diverso;

II. Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;

III. Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

IV. Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;

V. Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;

VI. Proposta definitiva e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

#### 16. **DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS, CONSÓRCIOS E PESSOAS FÍSICAS**

##### **DAS COOPERATIVAS**

16.1. Fica autorizada a participação de cooperativas, considerando o objeto contratual possuir natureza de serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra, sendo esta a principal hipótese que, nos termos da Súmula nº 281 do TCU, fundamentaria uma restrição. Essa autorização está condicionada à comprovação, pela cooperativa, de seu regular funcionamento e do atendimento cumulativo a todos os requisitos previstos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação de regência, a fim de assegurar que a execução do serviço se dará por meio de um regime genuinamente cooperado.

## **DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO**

16.2. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da contratação não ser de grande porte, complexo tecnicamente e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, não sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 15 da Lei Federal 14.133/2021.

16.3. A vedação se justifica em virtude de o mercado de produção audiovisual possuir amplo número de empresas capacitadas a executar o objeto em sua totalidade (produção, gravação, edição e distribuição) de forma individual. O objeto não apresenta complexidade técnica excepcional ou vulto financeiro que exija a união de esforços de múltiplas empresas para ser exequível. Pelo contrário, a admissão de consórcios neste caso poderia restringir a competitividade, permitindo que empresas robustas se associem em vez de competirem entre si.

## **DAS PESSOAS FÍSICAS**

16.4. Fica vedada a participação de pessoas físicas, uma vez que a presente contratação exige estrutura mínima e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto. A restrição à participação somente de empresas formalmente constituídas tem o condão de otimizar os recursos públicos e garantir que a prestação do serviço seja realizada atendendo aos padrões de qualidade e aos prazos estabelecidos.

16.5. A vedação se justifica em virtude de a natureza dos serviços exigir obrigatoriamente uma infraestrutura mínima de capital, equipamentos de alta tecnologia e, primordialmente, um corpo técnico multidisciplinar. A execução por pessoa física é materialmente inviável, dado que um único indivíduo não detém a capacidade de realizar, simultaneamente e com o padrão de qualidade exigido por uma Corte de Contas, todas as etapas da cadeia produtiva de vídeo e transmissão.

## **17. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DAS PARTES**

17.1. As obrigações (deveres) da licitante/contratada e da contratante estão elencadas no Anexo B do presente Termo de Referência.

## **18. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E/OU CANCELAMENTO DA ATA**

18.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.2. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

18.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a vencedora da licitação à multa contratual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da vencedora da licitação, independentemente de outras penalidades.

18.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

## **19. DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

19.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (*e-mail*) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

19.3. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

19.4. Devem ser respeitadas, quando do deslocamento às instalações do TCE-RO e da consulta ao processo administrativo, as regras de conduta prescritas pela Resolução nº 90/2012 – Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e pela Resolução nº 93/2012 – Regulamenta o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Não existem condições especiais aplicadas ao objeto.

19.5. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios do Tribunal, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que esta Corte venha a sofrer.

## 20. ANEXOS

20.1. Compõem o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) ANEXO A - Descrição dos serviços;
- b) ANEXO B - Obrigações das partes;
- c) ANEXO C - Declarações Legais;
- d) ANEXO D - Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade.



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 17/06/2026, às 15:01, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 17/06/2026, às 17:58, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1066582** e o código CRC **158F625B**.

## ARTEFATOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO A - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. ASPECTOS TÉCNICOS DO SERVIÇO

1.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais e equipamento da contratada, desde que atendam aos seguintes requisitos:

##### ***Repórter Jornalístico:***

1.2. O profissional responsável por realizar vídeo e reportagens, pautas e pesquisa de informações. Atua com elaboração de roteiros, reportagens, entrevistas, redação de textos, fazendo a cobertura de eventos e produções jornalísticas. Para que o profissional tenha um bom desempenho como Repórter além da graduação em jornalismo é essencial que possua boa comunicação, habilidade para lidar com o público, boa escrita, criatividade, conhecimentos gerais, conhecimentos sobre a instituição contratante (TCERO) e estar sempre atualizado sendo objetivo e preciso.

##### ***Repórter Cinematográfico:***

1.3. O profissional deverá ter condições técnicas de executar o manuseio adequado dos equipamentos (câmeras de vídeo e iluminação, de maneira a obter resultados satisfatórios na produção de áudio e vídeo quando da realização das gravações).

##### ***Editor de imagens:***

1.4. O profissional em edição de imagem não linear deverá ter condições técnicas de operar a estação de edição e realizar os procedimentos de captura e edição de áudio e vídeo de imagens gravadas em estúdio e de imagens gravadas externas. Deverá, quando da realização dos procedimentos de edição, capturar, editar, finalizar e arquivar os programas, matérias, reportagens e todos os demais registros de áudio e vídeo que o TCERO achar necessário ser realizado, devendo, ainda, dar o devido suporte técnico de manutenção e instalação de softwares da referida estação.

##### ***Auxiliar de Repórter Cinematográfico:***

1.5. O profissional deverá ter condições técnicas de auxiliar o repórter cinematográfico nas captações de áudio e iluminação (externas e estúdio).

##### ***Roteirista:***

1.6. O profissional será responsável por criar ou adaptar histórias para o audiovisual de acordo com o projeto que será desenvolvido, podendo ser um vídeo institucional, um VT promocional, um documentário, uma série, dentre outros. Deverá ter experiência na criação destes instrumentos e conhecimento amplo acerca da atuação do Tribunal de Contas de Rondônia e também sobre o Poder Público em todas as suas esferas.

##### ***Narrador/locutor:***

1.7. O profissional deve possuir excelente dicção, clareza vocal e versatilidade para atuar em diferentes gêneros audiovisuais (jornalístico, institucional, educativo e documental). Deve demonstrar habilidade em adequar o tom, o ritmo e a ênfase da voz à identidade sonora do TCE-RO, mantendo a sobriedade e a correção linguística exigidas pela Administração Pública. É essencial que tenha capacidade de interpretação para gravação de offs, spots e vinhetas, garantindo a entrega de arquivos com alta fidelidade técnica e ausência de ruídos.

### ***Gestor de tráfego:***

1.8. O profissional deve possuir conhecimento técnico avançado em algoritmos de plataformas digitais (YouTube, Instagram, Facebook, entre outras) e análise de dados. Deve demonstrar competência no planejamento de distribuição de conteúdo e gestão de comunidades digitais, com foco em alcance qualificado e engajamento orgânico. É indispensável o domínio de ferramentas de gerenciamento de anúncios e métricas, além de conhecimento sólido sobre as restrições legais aplicadas à comunicação e publicidade no setor público.

## **2. OS SERVIÇOS DESCRITOS DEVERÃO COMPREENDER**

### ***Serviços de repórter jornalístico:***

2.1. Redação de textos jornalísticos; Elaboração e definição de pautas; Acompanhamento nas produções e reportagens; Apresentação de programas web TV; Atuar com cobertura de eventos institucionais; Elaboração de tutorias para treinamentos e comunicação interna; Realizar pesquisa de fontes; Colher informações e apurar fatos para construção de notícias; Realizar a cobertura de links em matérias ao vivo; Executar outras atividades correlatas.

### ***Serviço de repórter cinematográfico:***

2.2. Cobrir matérias jornalísticas, incluindo todo o conhecimento necessário para atender a uma pauta de filmagem sem a necessidade de acompanhamento de repórter jornalístico; Captar imagens utilizando-se de equipamentos profissionais (digitais ou analógicos), em ambientes externos e/ou em estúdio; Trabalhar com conceitos avançados pertinentes à iluminação, enquadramento e ângulos, tanto em coberturas internas, quanto em jornalísticas, responsabilizando-se pela qualidade técnica e final do produto; Operar equipamentos e sistemas de imagens como câmeras de vídeo, digitais ou analógicas, switchers, projetores e outros similares durante os eventos institucionais, e de outros eventos internos ou externos; Formular diagnósticos para consertos especializados e conferir os equipamentos que sofreram manutenção e consertos e Executar outras atividades correlatas.

### ***Serviço de editor de imagens, pós-produtor e finalizador de vídeos:***

2.3. Editar arquivos de áudio, vídeo e imagem e pós-produzir os programas adicionando arte, sonorização e os efeitos visuais necessários; Criar e produzir as artes gráficas, videografismos e vinhetas que vão compor as reportagens, documentários, interprogramas, enfim, que vão entrar em todos os vídeos quando necessário; Criar efeitos especiais; Gravar, reproduzir e converter arquivos em mídias eletrônicas (CD, DVD etc.); Capturar e digitalizar sinais de áudio e vídeo; Operar tape decks e equipamentos afins; Finalizar vídeos; Operar e editar em ilha de corte; Inserção de caracteres e legendas; Executar outras atividades correlatas.

### ***Serviço de auxiliar de repórter cinematográfico:***

2.4. Conduzir, instalar, montar e armazenar equipamentos e acessórios de filmagem – lentes, baterias, tripés, cabos, extensões etc.; Manter os equipamentos organizados para utilização a qualquer tempo; Auxiliar na organização de ambientes para filmagem (móveis, montagem de estúdios etc.) bem como auxiliar na correção de luz (uso de rebatedores etc.); Utilização de microfones, flash drivers, fitas DVCAM, BETACAM, cartões de memória e equipamentos de iluminação e Executar outras atividades correlatas.

### ***Serviço de roteirista:***

2.5. Criar ou adaptar histórias para a realização de uma produção audiovisual; Indicar o formato do projeto (VT institucional ou promocional, documentário, série ou outros); Elaborar roteiro de pré-produção para orientar as filmagens no que se refere a captação de falas dos personagens; Acompanhar pós-produção durante a edição para moldar a ideia inicial do filme ao que foi descoberto e modificado durante as gravações.

### ***Serviço de narrador/locutor:***

2.6. Execução de locuções institucionais, jornalísticas e documentais para offs, chamadas, vinhetas e spots; Gravação de áudio em estúdio com qualidade técnica profissional (áudio limpo e níveis adequados) para plataformas digitais e transmissões; Adequação da locução conforme o objetivo comunicacional (informativo, educativo ou cerimonial); Entrega de arquivos nos formatos requisitados, realizando versões e regravações conforme a necessidade

editorial; Apoio à acessibilidade por meio de locuções específicas (como audiodescrição, quando demandada); e Articulação com a equipe de edição para garantir a sincronização fina da voz com a imagem e trilha sonora.

***Serviço de gestor de tráfego e dos créditos para impulsionamento:***

2.7. Planejamento e execução da distribuição de conteúdos nos canais digitais institucionais (Portal, YouTube, redes sociais e streaming); Configuração e otimização de metadados, títulos, descrições, miniaturas (*thumbnails*) e organização de playlists; Gestão de campanhas de impulsionamento e mídia paga para conteúdos institucionais, quando autorizado, respeitando a legislação e as vedações de personalização indevida; Monitoramento e mensuração de desempenho através de indicadores (alcance, impressões, taxa de visualização, retenção e engajamento); Elaboração de relatórios de performance com análise de evidências para ajuste do calendário editorial; e Implementação de boas práticas de marcação e governança de acessos às contas e canais oficiais do Tribunal.

**3. PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS:**

3.1. O prazo de entrega foram definidos de acordo com a complexidade do serviço, a contar do recebimento da Ordem de serviço e/ou data do evento, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	PRAZO DE ENTREGA
1 a 8	4 dias úteis
9	5 dias úteis
10 e 11	3 dias úteis
12 e 13	7 dias úteis

3.2. Após a entrega do resultado de cada etapa, o mesmo será revisado pela ASCOM pelo prazo estipulado para entrega do produto e retornado para a CONTRATADA concluir novamente a sua revisão em igual período, e assim sucessivamente.

3.3. Mudanças em até 30% do produto original, é considerado correção. Mais que isso, considera-se novo serviço.



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 04/05/2026, às 16:02, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 05/05/2026, às 08:36, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1040917** e o código CRC **85E9C3F5**.

**ARTEFATOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO B - OBRIGAÇÕES DAS PARTES (FORNECIMENTO E SERVIÇOS)**

**1. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DO CONTRATADO**

- 1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto neste Termo de Referência;
- 1.2. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência da ata;
- 1.3. Fornecer/Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 1.4. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária ao fornecimento/execução dos objetos contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 1.5. Fornecer/Executar os objetos seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 1.6. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 1.7. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;
- 1.8. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;
- 1.9. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do edital;
- 1.10. Respeitar os prazos previstos em edital;
- 1.11. Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 1.12. Prestar garantia dos produtos, conforme disposto no tópico “Garantia”;
- 1.13. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à vencedora da licitação; e
- 1.14. Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis ao fornecimento/execução do objeto;
- 1.15. Apresentar o preposto da empresa quando se tratar de serviços;
- 1.16. Ter responsabilidade objetiva pelos fornecimentos/serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado;
- 1.17. Fornecer/Executar os objetos contratados conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia;
- 1.18. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do fornecimento/serviço, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 1.19. Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação do fornecimento/serviço, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do

## CONTRATANTE;

- 1.20. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento e/ou serviço contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
- 1.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 1.22. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e/ou prestação de serviços, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;
- 1.23. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando na entrega ou execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;
- 1.24. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do Tribunal ou a terceiros, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, quando do fornecimento/execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pelo Tribunal;
- 1.25. Comunicar à Administração do Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 1.26. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;
- 1.27. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens ou serviços, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
- 1.28. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso ao fornecimento ou serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;
- 1.29. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os manuais disponíveis e os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;
- 1.30. Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;
- 1.31. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;
- 1.32. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- 1.33. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo a vencedora da licitação, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis; e
- 1.34. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

## **2. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DO CONTRATANTE**

- 2.1. Efetuar o registro da licitante classificada em primeiro lugar, firmando a correspondente ata de registro de preços;
- 2.2. Conduzir o procedimento relativo à eventual renegociação do(s) preço(s) registrado(s);
- 2.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos produtos, além de comunicar eventuais irregularidades observadas na execução do fornecimento, efetuando, inclusive, o aceite das Notas Fiscais/Faturas;
- 2.4. Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;
- 2.5. Assegurar à vencedora da licitação livre acesso às suas dependências por ocasião da entrega dos produtos, desde que os responsáveis pela entrega sejam devidamente identificados;
- 2.6. Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;
- 2.7. Prestar aos empregados da vencedora da licitação todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o fornecimento dos produtos; e
- 2.8. Notificar expressamente a vencedora da licitação sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento requerendo a adoção das medidas corretivas necessárias



- 2.9. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- 2.10. Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 2.11. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 2.12. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- 2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- 2.14. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
- 2.15. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
- 2.16. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- 2.17. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
- 2.18. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

### 3. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

- 3.1. Caberá ao CONTRATADO, ainda:
- 3.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 3.3. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
- 3.5. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 04/05/2026, às 16:02, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 05/05/2026, às 08:36, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1040798** e o código CRC **E6494FAB**.

**ARTEFATOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÕES**

**1. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público**

Declaro que a empresa não está impedida de participar de contratações promovidas por órgãos ou entidades públicas.

**2. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso)**

Declaro que a empresa se enquadra / não se enquadra como microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

**3. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I)**

Declaro que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do AVISO e dos seus anexos, concordando com suas condições, atendendo aos requisitos de habilitação e respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I).

**4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º)**

Declaro que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º).

**5. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)**

Declaro que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)

**6. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III)**

Declaro que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

**7. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.**

Declaro que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para habilitação no aviso de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

**8. Declaração de emprego de menor**

Declaro que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**9. Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO**

A empresa [INSERIR NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [INSERIR Nº DO CNPJ], com sede em [INSERIR ENDEREÇO DA EMPRESA], neste ato representada por [INSERIR REPRESENTANTE LEGAL], doravante denominado Proponente, para fins de participação na Licitação nº [INSERIR Nº DA LICITAÇÃO] ou Contratação Direta nº [INSERIR Nº DA CONTRATAÇÃO DIRETA], promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, DECLARA, para os devidos fins, que:

a) não possui, em seu quadro funcional ou em sua composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, bem como não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, nem com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tampouco com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

b) compromete-se, em caso de êxito na presente contratação, a não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

Declara, ainda, que a presente declaração é prestada de boa-fé e de forma voluntária, assumindo a Proponente inteira responsabilidade pela veracidade das informações nela contidas.

\_\_\_\_\_ - \_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 04/05/2026, às 16:02, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 05/05/2026, às 08:37, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tccero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1040800** e o código CRC **2B8F73ED**.

## ARTEFATOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO D - TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Os abaixo-assinados, de um lado o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ nº 04.801.221/0001-10, situado na cidade de Porto Velho, a Av. Pres. Dutra, 4229 - Olaria, CEP 76801-327, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a EMPRESA \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justa e acertada, a celebração do presente TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, através do qual a CONTRATADA aceita não divulgar, sem autorização prévia e formal, segredos e informações sensíveis de propriedade do CONTRATANTE e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

1. A CONTRATADA reconhece que, em razão das suas atividades profissionais, estabelece contato com informações sigilosas, que devem ser entendidas como segredo. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição, e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, inclusive aos próprios colaboradores da CONTRATADA, sem a expressa e escrita autorização da CONTRATANTE.
2. Todas as informações devem receber o tratamento de confidencialidade adequado, de acordo com o seu nível de classificação, inclusive aquelas a seguir exemplificadas:
  - 2.1. Programas de computador, suas listagens, documentação, artefatos diversos, código fonte e código objeto;
  - 2.2. Toda a informação relacionada a programas existentes ou em fase de desenvolvimento, inclusive fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultados de testes, arquivos de dados, artefatos diversos e versões "beta" de quaisquer programas;
  - 2.3. Documentos, informações e dados armazenados de atuação consultiva e contenciosa, de estratégias ou demais dados e/ou informações de caráter sigiloso ou restrito;
  - 2.4. Metodologia, projetos e serviços utilizados;
  - 2.5. Números e valores financeiros;
3. A CONTRATADA reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas sob segredo. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deve tratar a mesma sob sigilo até que seja autorizada, formalmente, a tratá-la de forma diferente pelo CONTRATANTE.
4. A CONTRATADA reconhece que, ao final da completa execução de todas as obrigações oriundas do contrato, deverá entregar ao CONTRATANTE todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matérias sigilosas relacionadas com a atividade, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A CONTRATADA também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de suas atividades para o CONTRATANTE.
5. A CONTRATADA deve assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, mediante o ciente de seus colaboradores em Termo próprio a ser firmado para com a CONTRATADA, e que os mesmos se comprometerão a informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.
  - 5.1. A coleta dos Termos de Sigilo de seus colaboradores não exime a CONTRATADA das penalidades por violação de quaisquer das regras de sigilo e confidencialidade estabelecidas por parte de seus colaboradores.
  - 5.2. A CONTRATADA deverá fornecer cópia de todos os termos firmados com seus colaboradores quando do início dos trabalhos.

- 5.3. Sempre que um colaborador for admitido, a CONTRATADA deverá fornecer cópia do respectivo termo de sigilo por aquele firmado, quando do início dos trabalhos.
6. A CONTRATADA deverá seguir a Política de Segurança da Informação definida pelo CONTRATANTE.
7. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização administrativa, civil e criminal, de acordo com a legislação vigente.

Em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia  
XXXXXXX  
Presidente  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Empresa  
Representante Legal  
Cargo  
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 04/05/2026, às 16:02, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 05/05/2026, às 08:38, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1040806** e o código CRC **FF6B021D**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/TCE-RO

ANEXO II – ORIENTAÇÕES E MODELO DE PROPOSTA

#### ORIENTAÇÕES

- A proposta deve ser anexada ao sistema, quando convocados pelo Pregoeiro, após a fase de lances e negociação de preços
- O Pregoeiro(a) poderá efetuar consulta *on line*, para fins de habilitação, a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- Outras incorreções, desde que não impliquem em alteração da substância da proposta, poderão ser corrigidas quando da solicitação do Pregoeiro para reenvio.

#### MODELO DE PROPOSTA

##### DADOS DO PROPONENTE

Razão Social:			
CPF/CNPJ:		Telefone/Fax:	
Endereço:		Cidade/UF:	
Complemento:		CEP:	
E-mail:			

##### DADOS DO REPRESENTANTE

Nome:			
CPF:		Telefone/Fax:	
RG:		Expedido por:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	
Cargo/Função:			
Endereço:		Cidade/UF:	
Complemento:		CEP:	
E-mail:			

**DADOS BANCÁRIOS**

Instituição:		AG.:		C.C.:	
--------------	--	------	--	-------	--

**MODELO DE PROPOSTA VIRTUAL**

PROPOSTA VIRTUAL				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total (R\$)
1	Serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes no Termo de Referência.	Serviço	1	

**AS LICITANTES DEVERÃO DECOMPOR OS CUSTOS DA PROPOSTA NOS MOLDES DO MODELO DE PROPOSTA DEFINITIVA**

PROPOSTA DEFINITIVA GRUPO ÚNICO - AMPLA PARTICIPAÇÃO					
Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas na cidade de Porto Velho.</b>	SERVIÇO	49		
2	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas no interior do Estado de Rondônia.</b>	SERVIÇO	6		
3	Elaboração de <b>roteiro</b> para vídeos institucionais, a ser elaborada por jornalista, consistindo em produção de texto com informações para captação de imagens e junção ao áudio, seja em off ou spot, que descreva os aspectos ligados à produção audiovisual do início ao fim, com a consequente entrega de produto final.	SERVIÇO	6		
4	<b>Narração/Locução</b> profissional para vídeos institucionais, deve ser realizada em estúdio ou com equipamento profissional que garanta alta qualidade de áudio, livre de ruídos, ecos ou distorções, com a consequente entrega de produto final.	SERVIÇO	6		
5	Cobertura de evento com até <b>4 (quatro) horas</b> de duração, contendo duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc). Equipe técnica completa com dois cinegrafistas, operadores de corte. Transporte de equipe e	SERVIÇO	13		

<b>PROPOSTA DEFINITIVA</b> <b>GRUPO ÚNICO - AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					
	equipamentos para solenidades, seminários e cursos da ESCON e/ou outros eventos institucionais. O serviço deve atender capital e interior do Estado de Rondônia.				
6	Captação em estúdio, que pode ser na empresa ou nas dependências do TCERO conforme a necessidade, para entrevista, com duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc), com equipe técnica completa, iluminação de estúdio, mesa de áudio e kit de microfones para até 4 pessoas, incluindo o moderador para talk show, entrevistas e debates.	SERVIÇO	24		
7	<b>Edição Nível I (Essencial)</b>  Edição simples de vídeo de cobertura de eventos para acervo, utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existentes. Edição simples, sem roteiro específico. Com inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Edição linear de cortes secos e finalização rápida.  A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.	UNIDADE	40		
8	<b>Edição Nível II (Intermediária)</b>  Edição de matéria jornalística e vídeo utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existente. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Envolve construção de narrativa (storytelling), seleção de sonoras/entrevistas, inserção de GCs de identificação e trilha sonora.  A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.	UNIDADE	250		
9	<b>Edição Nível III (Complexa)</b>  Edição de vídeo institucional e/ou promocional, utilizando imagens captadas e/ou banca de imagens existentes. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha, atendendo a roteiro produzido especificamente para o vídeo.  <b>Critério técnico:</b> Exige roteirização técnica, tratamento de cor ( <i>color grading</i> ), mixagem de áudio avançada e elementos de identidade visual animada ( <i>motion graphics</i> ).  A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.	UNIDADE	60		
10	Produção de vinhetas animadas sonorizadas, em computação gráfica 2 D para utilização em vídeos e matérias jornalísticas (abertura, transição e encerramento de vídeo, mapas, infográficos, letterings, etc..). Produtos com até 15 segundos de duração.	SERVIÇO	5		
11	Transmissão de sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos em modalidade "Streaming", com 06 (seis) câmeras padrão de qualidade mínima FULL HD (1920x1080px) equipe composta por cinegrafista, operador, kit de microfones, diretor de imagem,	SERVIÇO	51		



PROPOSTA DEFINITIVA GRUPO ÚNICO - AMPLA PARTICIPAÇÃO					
	transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até <b>4 (quatro) horas</b> de duração na cidade de Porto Velho.				
12	Gestão de tráfego pago em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	SERVI ÇO	12		
13	Créditos para impulsionamento em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	SERVI ÇO	48.000		
VALOR TOTAL (R\$)					

*Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.*

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/TCE-RO e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para execução do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaro ainda que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto a essa Corte de Contas.

\_\_\_\_\_ - \_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA, Chefe**, em 12/06/2026, às 07:46, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tceror.br/validar>, informando o código verificador **1057972** e o código CRC **FEF1E469**.

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/TCE-RO**

**ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.
- 1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.
- 1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 2.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade.
- 2.4. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 2.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade.
- 2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada.
- 2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/2005](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade.
  - I - Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/2021.

**4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL**

- 4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da

apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Execução de serviços de edição e finalização de vídeos de natureza jornalística, institucional, documental ou similar, que comprovem a capacidade de construção de narrativa (*storytelling*), seleção de sonoras, inserção de trilhas e elementos gráficos de identificação, em padrão de alta definição (Full HD ou superior), **com quantitativo de 125 unidades (produto final)**;

b) Realização de transmissões ao vivo (streaming) de eventos, sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos, com a utilização simultânea de, no mínimo, 06 (seis) câmeras em padrão de qualidade Full HD, incluindo a operação de corte e direção de imagem em tempo real, **com quantitativo de 25 unidades (eventos)**.

4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS E VISTORIA TÉCNICA**

4.6. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, realizando avaliação prévia do local de execução (art. 67, II c/c art. 63, § 2º da Lei 14.133/21), emitida por representante da Contratante.

4.7. Ao Licitante interessado no certame **recomenda-se** conhecer previamente as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, procedimento este que será feito mediante visita ao local dos serviços/fornecimento. A visita poderá ser agendada junto à ASCOM pelo número (69) 3609-9028, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 horas às 13:00 horas.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

#### **5. DECLARAÇÕES LEGAIS**

5.1. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;

5.2. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);

5.3. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);

5.4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º);

5.5. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);

5.6. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);

5.7. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação;

5.8. Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO.



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 17/06/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1066762** e o código CRC **243398A1**.

---

Referência: Processo nº 008803/2025

SEI nº 1066762

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade\_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 -  
www.tzero.tc.br

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/TCE-RO  
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA PADRÃO DE CONTRATO – COMPRAS E SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA

CONTRATO N. XX/20XX/TCE-RO

Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de Rondônia, através do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e a pessoa jurídica/física (...), abaixo qualificados, tendo em vista o que consta no Processo SEI n. 008803/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.	
OBJETO:	Contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes no Termo de Referência
VALOR:	R\$ (...)
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.
ORIGEM:	Pregão Eletrônico n. 90013/2026/TCE-RO

**CONTRATANTE:** ESTADO DE RONDÔNIA, através do **TRIBUNAL DE CONTAS** inscrito no CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10, com sede na Av. Presidente Dutra, n. 4.229, nesta cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) - Geral de Administração, o (a) senhor **FELIPE ALEXANDRE SOUZA DA SILVA**, de acordo com delegação de competência prevista na Portaria n. 11, de 02 de setembro de 2022, publicada no DOE TCE-RO n. 2.670, ano XII, de 06.09.2022.

**CONTRATADO:** ....., inscrito (a) no CNPJ sob o n. ...., sediado (a) na ....., neste ato representado (a) por ..... (Nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART.92, I, II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas no Termo de Referência, visando atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia:

GRUPO ÚNICO			
Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade
1	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas na cidade de Porto Velho.</b>	SERVIÇO	49
2	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas no interior do Estado de Rondônia.</b>	SERVIÇO	6
3	Elaboração de <b>roteiro</b> para vídeos institucionais, a ser elaborada por jornalista, consistindo em produção de texto com informações para captação de imagens e junção ao áudio, seja em off ou spot, que descreva os aspectos ligados à produção audiovisual do início ao fim, com a consequente entrega de produto final.	SERVIÇO	6
4	<b>Narração/Locução</b> profissional para vídeos institucionais, deve ser realizada em estúdio ou com equipamento profissional que garanta alta qualidade de áudio, livre de ruídos, ecos ou distorções, com a consequente entrega de produto final.	SERVIÇO	6
5	Cobertura de evento com até <b>4 (quatro) horas</b> de duração, contendo duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc). Equipe técnica completa com dois cinegrafistas, operadores de corte. Transporte de equipe e equipamentos para solenidades, seminários e cursos da ESCON e/ou outros eventos institucionais. O serviço deve atender capital e interior do Estado de Rondônia.	SERVIÇO	13
6	Captação em estúdio, que pode ser na empresa ou nas dependências do TCERO conforme a necessidade, para entrevista, com duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc), com equipe técnica completa, iluminação de estúdio, mesa de áudio e kit de microfones para até 4 pessoas, incluindo o moderador para talk show, entrevistas e debates.	SERVIÇO	24
7	<b>Edição Nível I (Essencial)</b>  Edição simples de vídeo de cobertura de eventos para acervo, utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existentes. Edição simples, sem roteiro específico. Com inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Edição linear de cortes secos e finalização rápida.  A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.	UNIDADE	40
8	<b>Edição Nível II (Intermediária)</b>  Edição de matéria jornalística e vídeo utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existente. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Envolve construção de narrativa (storytelling), seleção de sonoras/entrevistas, inserção de GCs de identificação e trilha sonora.  A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.	UNIDADE	250
9	<b>Edição Nível III (Complexa)</b>  Edição de vídeo institucional e/ou promocional, utilizando imagens captadas e/ou banca de imagens existentes. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha, atendendo a roteiro produzido especificamente para o vídeo.  <b>Critério técnico:</b> Exige roteirização técnica, tratamento de cor ( <i>color grading</i> ), mixagem de áudio avançada e elementos de identidade visual animada ( <i>motion graphics</i> ).  A unidade de medida corresponde a cada <b>minuto de duração</b> do vídeo final entregue.	UNIDADE	60
10	Produção de vinhetas animadas sonorizadas, em computação gráfica 2 D para utilização em vídeos e matérias jornalísticas (abertura, transição e encerramento de vídeo, mapas, infográficos, letterings, etc...). Produtos com até 15 segundos de duração.	SERVIÇO	5
11	Transmissão de sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos em modalidade "Streaming", com 06 (seis) câmeras padrão de qualidade mínima FULL HD (1920x1080px) equipe composta por cinegrafista, operador, kit de microfones, diretor de imagem, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até <b>4 (quatro) horas</b> de duração na cidade de Porto Velho.	SERVIÇO	51
12	Gestão de tráfego pago em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	SERVIÇO	12
13	Créditos para impulsionamento em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	SERVIÇO	48.000

- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da última assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

- 6.1. O prazo para pagamento inicia-se da habilitação para recebimento, feita pelo CONTRATADO, com a entrega da nota fiscal ou nota fiscal-fatura na sede do CONTRATANTE, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA mantém- se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- 6.2. Aplica-se ao pagamento a Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
- 6.3. No caso de contratações diretas por dispensa de licitação fundadas nos incisos I ou II do art 75 da Lei 14.133/21 (dispensa de pequeno valor) o pagamento poderá ser realizado por meio de cartão de pagamento, com a divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 6.4. Eventuais débitos da CONTRATADA perante a Fazenda Estadual poderão ser objeto de compensação de crédito, nos estritos termos do art. 188, §3º do Decreto Estadual nº 28.874/2024. É facultado ao CONTRATANTE, ainda, com fundamento no art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Resolução nº 382/2023/TCE-RO, efetuar a retenção cautelar de valores para o pagamento de possíveis multas e indenizações cabíveis, previamente à instauração ou conclusão do processo de apuração de falta, abrangendo referida retenção todos os créditos da contratada junto ao Tribunal, observando-se que, caso o montante das penalidades e indenizações supere os pagamentos devidos, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 6.5. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data referenciada no subitem 6.1. e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada automaticamente, com a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Onde:  
EM = Encargos moratórios  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = valor da parcela paga  
I = Índice de compensação financeira = 0,000328767  
Assim apurado: I = (TX)/365; I=([(12/100)/365]) I = 0,000328767 TX =  
Percentual da taxa anual  
= 12%

- 6.6. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- 6.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.
- 7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e na Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contado do Estado de Rondônia;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que, no prazo fixado pelo fiscal e/ou responsável pela gestão do contrato, seja efetuada a substituição, reparo ou correção, do total ou da parte fornecida/executada, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

- 8.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues, pelo fiscal ou pela Comissão de Recebimento designada;
- 8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas neste Contrato, Lein. 14.133/2021, LINDB e demais legislações correlatas;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.1.13. A Administração permitirá o livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 8.1.14. A Administração proporcionará todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais; e
- 8.1.15. A Administração assegurará que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a intervenção de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto no Termo de Referência;
- 9.1.2. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência contratual;
- 9.1.3. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 9.1.4. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;
- 9.1.5. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;
- 9.1.6. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do termo de referência ou projeto básico;
- 9.1.7. Os produtos deverão estar acompanhados de ficha técnica para conferência das características adequadas;
- 9.1.8. Respeitar os prazos previstos em edital, termo de referência ou projeto básico, conforme o caso;
- 9.1.9. Manter, durante toda vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.10. Prestar garantia dos produtos, conforme previsto no Termo de Referência;
- 9.1.11. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta.
- 9.2. Impossibilidade de cumprir o (s) prazo (s) de entrega, solicitar pedido de prorrogação de prazo, o qual deverá estar instruído com, no mínimo, as informações a seguir: identificação do objeto, número do Pregão, número da Nota de Empenho e da ata de registro de preços; justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação; documentação comprobatória; e indicação do novo prazo a ser cumprido.
- 9.3. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos itens anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;
- 9.4. Caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;
- 9.5. Caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a vencedora da licitação estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;
- 9.6. Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega;
- 9.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, DIVICT, SELIC ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.11. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.16. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo à contratada, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 11.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei n. 14.133/2021 e nos termos da Resolução n. 382/2023/TCE-RO e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:
- a) Advertência;
- b) Multa moratória;
- c) Multa contratual;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de 3 (três) anos; e
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Na aplicação das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

11.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

Prazo de cumprimento da obrigação	Percentual máximo de multa diária	Valor máximo de multa diária
Até 10 dias	1%	R\$ 1.000,00
entre 11 e 30 dias	0,82%	
entre 31 e 45 dias	0,71%	
entre 46 e 60 dias	0,65%	
a partir de 61 dias	0,50%	
Tabela 01: Limites para aplicação de multa moratória		

11.5. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2(dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n. 14.133, de 2021).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VII)

13.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:	
Fonte de Recursos:	
Programa de Trabalho:	
Elemento de Despesa:	
Plano Interno:	
Nota de Empenho:	

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

17.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCE-RO. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) as medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

f) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função (role-based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

g) na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCE-RO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

h) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCE-RO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

17.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política Corporativa de Segurança da Informação e da Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

17.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCE-RO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

17.4. A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

17.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCE-RO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

17.6. A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, mediante o preenchimento de formulário específico da LGPD disponível no site eletrônico do TCE, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.7. A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

17.8. A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCE-RO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

17.9. Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.10. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

17.11. As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Federal n. 12.846/13 e as Resoluções n. 382/2023/TCE-RO e 383/2023/TCE-RO e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, bem como pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (ART. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

(assinado eletronicamente)  
**FELIPE ALEXANDRE SOUZA DA SILVA**  
Secretário-Geral de Administração  
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

O presente termo de Contrato foi elaborado e vistado de forma eletrônica, na forma da competência do art. 23, I da Lei Complementar Estadual nº 620 de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, considerado atendidas as recomendações das manifestações da PGE constantes dos autos, não importando, para qualquer fim, em ato administrativo de gestão.

(assinado eletronicamente)  
**Procurador(a) do Estado**



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 19/06/2026, às 12:24, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1067880** e o código CRC **45CDC59D**.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - LEI 14.133/2021

Processo nº 008803/2025

1. INFORMAÇÕES GERAIS

<b>DEMANDA (DESCRIÇÃO RESUMIDA):</b>	Atender à necessidade de suporte técnico-profissional especializado para a geração, produção e disponibilização de materiais audiovisuais de caráter jornalístico, institucional, documental, educacional e informativo, bem como a prestação de serviços de comunicação digital, compreendendo a gestão estratégica de tráfego pago (impulsioneamento) e monitoramento de métricas em plataformas de redes sociais, com o intuito de potencializar o alcance, a transparência e o engajamento das ações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
<b>SETOR DEMANDANTE:</b>	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
<b>EQUIPE DE PLANEJAMENTO:</b>	Nathália Veronezi Rodrigues da Silva Ney Luiz Santana Rodrigo L. Chaves
<b>SERVIDOR RESPONSÁVEL:</b>	Ney Luiz Santana
<b>TELEFONE/RAMAL DO SERVIDOR:</b>	(69) 3609-6469
<b>EMAIL SERVIDOR:</b>	443@tce.ro.gov.br
<b>GESTOR RESPONSÁVEL:</b>	Wendell Rodrigues da Silva
<b>TELEFONE RAMAL DO GESTOR:</b>	(69) 3609-6468
<b>EMAIL GESTOR:</b>	602@tce.ro.gov.br

1.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Nesse sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

1.2. A Lei nº. 14.133/2021, dispõe que a descrição da necessidade da contratação deve ser fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Outrossim, a Resolução nº. 394/2023/TCE-RO descreve o ETP como sendo o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1.3. Nesse viés, o presente documento tem o intuito de assegurar a viabilidade, técnica e econômica, da contratação aqui pretendida, e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO I DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

A COMUNICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE EXTERNO E O AMPARO NORMATIVO

2.1. A comunicação no setor público transcende a mera difusão de atos administrativos; ela constitui um pilar fundamental para a consolidação da democracia, da transparência ativa e do controle social. No ecossistema das Instituições de Controle Externo, a comunicação institucional atua como o elo vital entre o rigor da fiscalização técnica e a percepção cidadã. Sua missão não se restringe ao ato de informar, mas sim à estruturação de narrativas claras, acessíveis e fidedignas que sustentem a credibilidade do órgão perante a sociedade, os entes jurisdicionados e os parceiros institucionais.

2.2. Nesse contexto, a comunicação é reconhecida como um fator crítico de sucesso organizacional. Para que as decisões e ações de controle alcancem sua plena eficácia social, é imperativo que sejam disseminadas de forma ágil e pedagógica. O uso de recursos audiovisuais tem se consolidado como a ferramenta mais potente para humanizar a gestão pública e converter dados técnicos de alta complexidade em informações úteis. Sob essa ótica, a comunicação pública contemporânea deve ser pautada no trinômio "Útil x Simples x Conexão", garantindo que a mensagem institucional alcance o cidadão de forma tempestiva e compreensível.

2.3. A robustez dessa estratégia encontra amparo nas diretrizes internacionais de controle externo. O alinhamento das ações de comunicação deste Tribunal de Contas com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) é absoluto, atendendo especificamente aos seguintes preceitos:

**"Princípio 6: Comunicar-se de forma efetiva com as partes interessadas.**

As EFS devem comunicar de uma maneira que aumente o conhecimento e compreensão das partes interessadas sobre papel e as responsabilidades da EFS como auditor independente do setor público.

A comunicação das EFS deve sensibilizar as partes interessadas sobre a necessidade de transparência e *accountability* do setor público.

(...)

As EFS devem interagir adequadamente com os meios de comunicação, de modo a facilitar a comunicação com a população.

**Princípio 7: Ser uma fonte confiável, independente e objetiva de conhecimento e de orientação para apoiar mudanças positivas no setor público.**

As EFS devem contribuir para o debate sobre as melhorias do setor público, sem comprometer sua independência.

As EFS devem colaborar internacionalmente no âmbito da INTOSAI e com outras organizações profissionais relevantes, de modo a promover o papel da comunidade das EFS na abordagem de questões globais relacionadas com a auditoria, contabilidade e *accountability* do setor público.

**Princípio 8: As SAI devem assegurar a respectiva transparência e accountability, de forma adequada."**

2.4. Somado ao rigor internacional, a presente demanda observa o Anexo Único da Resolução nº 006/2014 da Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). Este normativo fornece o referencial necessário para que as Cortes de Contas brasileiras aprimorem, de forma uniforme, suas práticas de comunicação, especialmente na divulgação de decisões e pautas de julgamento. Assim, a busca por suporte técnico especializado visa materializar essas orientações, assegurando que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) atue na vanguarda da comunicação pública, transformando a fiscalização técnica em valor social tangível.

A COMUNICAÇÃO NO TCE-RO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E REESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA

2.5. No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a comunicação institucional experimentou uma transformação profunda. Historicamente, a unidade - ligada diretamente à Presidência - possuía um foco predominantemente restrito à assessoria direta dos Membros e à produção de matérias jornalísticas tradicionais. Contudo, o panorama contemporâneo exigiu uma mudança marcante: a evolução de um modelo reativo para uma abordagem proativa, visual e abrangente.

2.6. Essa transição foi formalizada pela nova Política de Comunicação Social e Marketing, instituída pela Resolução nº 423/2024/TCE-RO, que visa tornar a divulgação de informações, atos e eventos mais efetiva, ágil e transparente. A iniciativa alinha o Tribunal às melhores práticas nacionais e às orientações da ATRICON, com o objetivo central de fortalecer a reputação institucional e otimizar o uso das ferramentas digitais.

2.7. Para operacionalizar essa política e adaptar-se ao ambiente digital - onde gravações e transmissões em multiplataformas tornaram-se essenciais - a Assessoria de Comunicação (ASCOM) foi reestruturada em núcleos especializados:

- I - Comunicação Institucional e Jornalística;
- II - Relacionamento com a Mídia e Assessoria de Imprensa;
- III - Marketing Digital (redes sociais);
- IV - Comunicação Interna;
- V - Publicidade e Propaganda;
- VI - Eventos e Gestão de Crise.

2.8. Essa nova estrutura, orientada por dados e focada em uma linguagem clara para o cidadão, reflete a necessidade de atingir diversos públicos de maneira eficaz e dinâmica. O sucesso dessa arquitetura organizacional já é evidenciado por indicadores de excelência nacional:

- a) Explosão de alcance digital: O portal oficial registrou um aumento de **462% em visualizações** de páginas no primeiro semestre de 2024;
- b) Referência em engajamento: O TCE-RO ocupa a **2ª posição nacional** em interação entre todos os Tribunais de Contas do país e figura no **Top 5 nacional** entre instituições públicas de todos os Poderes (Fonte: Social Media Gov);
- c) Reconhecimento técnico: A conquista do **1º lugar no Prêmio Comunica 2025 com o projeto "Vozes que humanizam"** demonstra a maturidade da nova abordagem institucional.

2.9. Vale ressaltar que este avanço é resultado de uma simbiose estratégica: a competência técnica do corpo de servidores da Assessoria é potencializada pela colaboração de fornecedores especializados. A gestão eficiente desses recursos externos garante o suporte tecnológico e criativo necessário para sustentar a alta performance alcançada, reafirmando que a robustez da estrutura atual da ASCOM depende de um ecossistema completo de ferramentas e parcerias para seguir executando a Política de Comunicação com excelência.

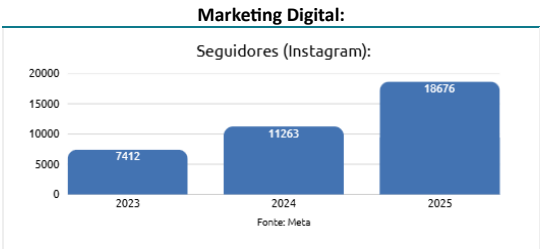
PANORAMA ATUAL E EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DA ASCOM

2.10. Atualmente, a Assessoria de Comunicação opera sob um modelo de gestão mista, contando com o empenho do corpo efetivo e o suporte administrativo-operacional de postos de trabalho terceirizados. Essa estrutura é amparada pelo Contrato nº 53/2023/TCE-RO (ID 0624103), firmado com a empresa META SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES LTDA, que provê suporte às atividades rotineiras da unidade. A força de trabalho complementar alocada na ASCOM é composta por 9 (nove) postos de serviço, distribuídos conforme as seguintes especialidades: 1 (um) jornalista pleno; 1 (um) técnico de sonorização; 1 (um) técnico em edição de imagens; 1 (um) auxiliar administrativo; 1 (um) analista de mídias; 1 (um) revisor de texto; e 3 (três) designers gráficos.

2.11. Além do suporte administrativo fixo, o Tribunal possui contrato firmado com a empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA (ID 0708654), que fornece os serviços de produção, edição, gravação, transmissão e finalização de material audiovisual com conteúdo jornalístico, institucional, documental, educacional e informativo. Houve, com o suporte da mencionada Contratada, uma mudança marcante na comunicação deste TCE-RO, com uma ênfase considerável na utilização de diversas plataformas, refletindo uma abordagem mais visual, abrangente e dinâmica.

2.12. Com a equipe atual, o Tribunal alcançou resultados recordes, conforme detalhado nos relatórios de desempenho apresentados à SEPLAG referentes ao período 2023-2025 (ID 0996774):

Mais de <b>4 milhões</b> de visualização nas redes sociais	Mais de <b>3 mil</b> matérias jornalísticas	Mais de <b>2 mil</b> peças gráficas
Os conteúdos compartilhados pelo TCE-RO nas redes sociais alcançaram 4 milhões de visualizações entre 2023 e 2025. A transformação total da linguagem possibilitou conexão com diversos públicos.	Entre 2023 e 2025, mais de 3 mil matérias sobre o TCE-RO e MPC-RO foram publicadas no portal eletrônico e intranet das instituições, reforçando a relevância de suas ações e iniciativas.	Entre 2023 e 2025 foram desenvolvidas mais de 2 mil <b>peças gráficas</b> para apoiar campanhas, eventos e iniciativas institucionais.



Assessoria de imprensa:

<b>52.816.171</b> pessoas impactadas por conteúdos divulgados em mídias on-line, imprensa, TVs e rádios de Rondônia.	<b>18.458</b> conteúdos da imprensa que citaram o TCE-RO	<b>48</b> Campanhas de comunicação entre 2023 e 2025
---	---	---

2.13. Em que pese, a competência demonstrada pela equipe, o cenário vigente é marcado por demandas extraordinárias. Um exemplo notório é o **Programa de Fiscalização Permanente na Saúde**, que resultou em incremento substancial de demandas a essa ASCOM e, por consequência, à atual Contratada (NOBRE), incluindo deslocamentos frequentes e coberturas de ações no interior do Estado e em unidades de saúde da capital.

2.14. É importante registrar que o contrato com a empresa NOBRE recebeu o primeiro termo aditivo (ID 0778440) para incluir a gestão de tráfego pago e créditos para impulsionamento em redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube). Contudo, essa medida, embora necessária para o início da estratégia digital, foi uma solução paliativa. Por isso, o impacto no contrato vigente, com reflexos orçamentários e financeiros evidentes.

#### NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO PARA O TCE-RO

2.15. Diante disso, a presente contratação visa assegurar a qualidade e eficiência na produção de conteúdo, sob a orientação e supervisão desta Assessoria de Comunicação. Isso é fundamental para transmitir informações institucionais de forma clara, acessível e impactante, atendendo às expectativas de transparência e comunicação eficaz em conformidade com as diretrizes da alta gestão e o Planejamento Estratégico horizonte 2021-2028.

2.16. A relevância da contratação fundamenta-se nos seguintes pontos:

- I - Complexidade e habilidades específicas: A diversidade de ações promovidas - como projetos de gestão, datas comemorativas, atividades educacionais e de transparência pública - demanda habilidades específicas na produção de conteúdo audiovisual. Empresas especializadas estão mais aptas a compreender e atender às nuances e particularidades dessas demandas.
- II - Tecnologia e inovação: A produção de vídeos envolve tecnologias avançadas e estratégias inovadoras com equipamentos modernos, as quais, caso dependessem exclusivamente da equipe interna, ficariam engessadas em virtude do regramento que se aplica à administração pública.
- III - Alinhamento estratégico: A contratação é um meio de alinhar as comunicações do Tribunal com seu Planejamento Estratégico, garantindo que a abordagem de comunicação esteja integrada aos objetivos institucionais de forma coerente e atenda às 4 macro-diretrizes da Gestão (Controle Orientado por Dados, Valorização do Servidor, Efetividade de Políticas Públicas e Integridade).
- IV - Consolidação do Marketing Digital e Tráfego Pago: A experiência com o aditivo do contrato atual comprovou que o impulsionamento é vital para a visibilidade institucional.
- V - Engajamento e alcance social: O conteúdo em vídeo tornou-se a forma mais eficaz de engajar o público em plataformas como Facebook, Instagram, YouTube, TikTok, Threads e LinkedIn. A contratação visa a otimização do investimento em mídias, maximizando a participação da sociedade e convertendo visualizações em feedback real e conexão direta com as pessoas.

2.17. Portanto, a presente contratação não se apresenta apenas como uma melhoria operacional, mas como um imperativo estratégico para a manutenção da vanguarda comunicacional do TCE-RO. Ao garantir acesso a tecnologias de ponta, processos criativos de alto nível e uma gestão de tráfego profissionalizada, esta Corte assegura que a fiscalização técnica se traduza em valor social percebido, fortalecendo a transparência ativa e consolidando um canal de diálogo resiliente, dinâmico e eficaz com toda a sociedade rondoniense.

### 3. REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO III DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO II DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

3.1. Os requisitos aqui elencados visam garantir que a contratação ocorra dentro dos padrões de excelência técnica, segurança e integridade exigidos por este Tribunal, assegurando a continuidade e a qualidade da comunicação institucional.

#### REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS

- a) Dispor de infraestrutura técnica e equipamentos de última geração para captação e produção, garantindo que o maquinário passe por manutenções e atualizações regulares para evitar falhas ou obsolescência durante a prestação do serviço;
- b) Mobilizar equipe especializada composta por profissionais capacitados em audiovisual, cinegrafia, roteirização e edição, fornecendo as devidas comprovações de experiência para cada função chave;
- c) Aplicar tecnologias e inovações constantes nos processos produtivos, mantendo o compromisso de acompanhar as tendências do mercado para que a comunicação institucional não sofra engessamento estético ou técnico;
- d) Assegurar o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos para entrega de materiais e coberturas, mantendo a pontualidade e a eficácia operacional da ASCOM;
- e) Assegurar que o suporte e as atualizações tecnológicas sejam realizados com perícia técnica para evitar vazamentos ou perdas de informações sensíveis ou institucionais;
- f) Executar transmissões ao vivo com estabilidade de sinal, largura de banda adequada e redundância de servidores, assegurando o acesso público às sessões plenárias e eventos institucionais;
- g) Garantir a cessão plena de direitos de propriedade intelectual: Todos os arquivos brutos (projetos, artes, vídeos não editados) e finais pertencem ao TCE-RO;
- h) Analisar a identidade visual e o comportamento dos seguidores das contas oficiais das redes sociais da contratante, de modo a direcionar as campanhas;
- i) Impulsionar os conteúdos determinados pela contratante, sugerindo alcance e abrangência conforme estratégia de ampliar a visibilidade das publicações;
- j) Realizar as ações de tráfego na BM (*Business Manager*) na conta do próprio Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

3.2. Quanto à exigência de que as campanhas e conjuntos de anúncios passem, necessariamente, pela Conta de Anúncios do próprio TCE-RO, justifica-se pois isso irá garantir:

- I - Preservação de dados das campanhas realizadas, visto que ao término do contrato, o TCE-RO terá acesso as campanhas já veiculadas, tendo o conhecimento de todos os dados e métricas de campanhas e conjuntos de anúncios anteriores;
- II - Transparência de dados das campanhas, para que não haja comprometimento do orçamento destinado em campanhas em detrimento de outras campanhas de terceiros veiculados na mesma conta de anúncios.
- III - Organização estrutural das campanhas, visto que não estarão misturadas com campanhas de terceiros.

IV - Redução na possibilidade de bloqueio dos perfis do TCE-RO, já que anúncios rejeitados de campanhas de terceiros não serão veiculados na mesma conta de anúncios do TCE-RO.

REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- k) Priorizar o uso de tecnologias e processos que minimizem o desperdício de insumos materiais, favorecendo o armazenamento e a distribuição digital de conteúdos;
- l) Adotar práticas de descarte adequado para componentes eletrônicos e materiais de produção que atinjam o fim da vida útil, em conformidade com as normas ambientais vigentes;
- m) Promover a eficiência energética no uso de equipamentos de iluminação e transmissão, buscando o menor impacto ambiental possível durante as gravações e transmissões de longa duração.

OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

- n) Apresentar aptidão e experiência prévia por meio de atestados de capacidade técnica que validem o histórico em produção, gravação, edição e transmissão de áudio e vídeo em objetos de complexidade similar.
- o) Apresentar qualificação econômico-financeira, visando mitigar riscos de interrupção contratual e garantindo que a empresa possua saúde operacional para honrar obrigações de longo prazo.
- p) Será dispensado a exigência de garantia contratual, esta decisão fundamenta-se, primordialmente, na natureza do objeto que envolve serviços de baixo risco de inadimplemento financeiro direto que não possa ser sanado administrativamente. A dispensa aumenta a competitividade e reduz o preço final das propostas ao retirar custos burocráticos das licitantes.
- q) O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, podendo ser prorrogável.


4. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 18, §1º, INCISO V DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO III DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

ALTERNATIVAS PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

- 4.1. Tendo em vista a necessidade da Administração em prover suporte técnico-profissional para a produção e disponibilização de materiais audiovisuais e gestão de comunicação digital, procedeu-se à análise das alternativas disponíveis para o alcance dos objetivos institucionais, sob a ótica dos princípios da eficiência, economicidade e padronização. As opções avaliadas foram: i) Execução direta e integral dos serviços pela estrutura interna do Tribunal; ii) Execução indireta, mediante a contratação de empresa especializada.
- 4.2. Segue a análise pormenorizadas as alternativas identificadas.

Solução I - Execução direta e integral dos serviços pela estrutura interna do Tribunal

- 4.3. Esta alternativa pressupõe a internalização completa dos serviços, utilizando o corpo de servidores efetivos da Assessoria de Comunicação (ASCOM) e os postos de trabalho terceirizados já existentes (Contrato nº 53/2023/TCE-RO), além de equipamentos e infraestrutura próprios do Tribunal.
- 4.4. Contudo, a análise aprofundada desta solução revela sua **inviabilidade sob os aspectos operacional, tecnológico e econômico-financeiro**. A equipe interna, incluindo os postos de apoio, está dimensionada para as atividades estratégicas e rotinas de comunicação, não dispondo de capacidade ociosa nem da expertise técnica específica para produções de alta complexidade, como transmissões ao vivo com múltiplos recursos ou gestão avançada de tráfego pago.
- 4.5. O principal óbice, no entanto, reside na **questão tecnológica e patrimonial**. A internalização exigiria a aquisição e a constante atualização de um parque tecnológico de alto custo e acelerada obsolescência. A inviabilidade desta abordagem é corroborada por evidências fáticas recentes (Processo 002911/2024), que demonstram a dificuldade do mercado em fornecer tais ativos para a Administração Pública, conforme se depreende dos seguintes certames:
  - I - **PE 90012/2025:** Destinado à aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e iluminação, resultou no fracasso de 3 dos 4 grupos licitados.
  - II - **PE 90037/2025:** Em nova tentativa, o cenário se repetiu, com 4 dos 6 grupos resultando fracassados.
- 4.6. Este histórico comprova que a tentativa de internalização gera um risco concreto de desabastecimento tecnológico, além de representar uma imobilização ineficiente de capital público em ativos de rápida depreciação.
- 4.7. A seguir, serão discutidos as principais vantagens, bem como algumas das desvantagens que devem ser consideradas:


Alternativa	Vantagens	Desvantagens	Atende?
Execução direta e integral dos serviços pela estrutura interna do Tribunal	a) Controle direto sobre os processos de rotina;	a) Risco de obsolescência tecnológica e depreciação acelerada do patrimônio; b) Inviabilidade de aquisição de ativos, comprovada por pregões fracassados; c) Sobrecarga da equipe interna, desviando-a de suas funções estratégicas; d) Custos elevados e permanentes com manutenção, atualização e licenciamento.	 Não atende, tendo em vista a inviabilidade operacional, tecnológico e econômico-financeiro

Quadro 1: Vantagem e desvantagem da solução I.

- 4.8. Diante do exposto, conclui-se que a execução direta **NÃO ATENDE** aos requisitos de eficiência e economicidade, mostrando-se uma solução de alto risco e baixa efetividade para as necessidades do Tribunal.

Solução II - Execução indireta, mediante a contratação de empresa especializada

- 4.9. Esta solução consiste na contratação de pessoa jurídica com expertise comprovada para fornecer não apenas o serviço, mas a tecnologia, os equipamentos e a estratégia de impulsionamento digital.
- 4.10. A terceirização permite que o Tribunal pague pela entrega do resultado, transferindo à contratada os riscos de manutenção, atualização tecnológica e gestão de pessoal especializado. Esta alternativa assegura o acesso a tecnologias de ponta sem a necessidade de mobilização de capital para aquisição de ativos que se tornam obsoletos em curto prazo.
- 4.11. A seguir, serão discutidos as principais vantagens, bem como algumas das desvantagens que devem ser consideradas:

Alternativa	Vantagens	Desvantagens	Atende?
Execução indireta, mediante a contratação de empresa especializada	a) Acesso imediato a tecnologias de última geração; b) Transferência do risco de obsolescência à contratada; c) Garantia de inteligência de dados na gestão de tráfego pago; d) Foco da equipe interna na gestão estratégica da comunicação e fiscalização;	a) Necessidade de fiscalização contratual rigorosa; b) Dependência técnica de terceiros para a execução final.	<div></div> Atende, pois permite que a ASCOM concentre seus esforços na atividade-fim enquanto a empresa contratada executa as demandas de alta complexidade.

Quadro 2: Vantagem e desvantagem da solução II.

4.12. Diante disso, a contratação de empresa especializada garante a capacidade técnica e a agilidade necessárias para atender às demandas de alta complexidade, como as transmissões de sessões plenárias e as coberturas de fiscalizações externas, permitindo que a equipe da ASCOM concentre seus esforços na atividade-fim de gerir estrategicamente a comunicação do Tribunal. Dessa forma, conclui-se que esta solução **ATENDE** integralmente às necessidades da Administração.

EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL E DAS LIÇÕES APRENDIDAS

4.13. A experiência adquirida com o Contrato nº 24/2024/TCE-RO (id. 0708654), oferece o alicerce fático e as lições aprendidas que informam e validam o planejamento da presente contratação. Firmado em 19 de junho de 2024 com a empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA (CNPJ: 20.433.203/0001-89), o referido contrato demonstrou a evolução das necessidades de comunicação deste Tribunal. Importante ressaltar que, desde a sua assinatura, a contratada cumpriu satisfatoriamente suas obrigações, apresentando serviços de alta qualidade técnica.

4.14. A seguir, detalha-se a linha do tempo e a evolução fática desta contratação, que servem de base para o presente estudo:

4.15. O valor original do contrato, fixado em R\$ 416.990,00 (quatrocentos e dezesseis mil novecentos e noventa reais), foi submetido a adequações para responder a demandas estratégicas supervenientes.

I - **Primeiro Termo Aditivo** (id. 0778440): Formalizado em 13 de novembro de 2024; Conforme ETP id. 0750101, o termo foi motivado pela necessidade identificada pela ASCOM, de incluir serviços de tráfego pago e impulsionamento digital. O objetivo foi ampliar o alcance das publicações institucionais, reconhecendo o papel crucial das campanhas digitais na estratégia de comunicação. O acréscimo de R\$ 35.000,00 (R\$ 24.700,00 para o Item 11 - Gestão de Tráfego e R\$ 10.300,00 para o Item 12 - Créditos) elevou o valor contratual para R\$ 451.990,00.

II - **Segundo Termo Aditivo** (id. 0932765): Assinado em 24 de setembro de 2025, decorreu da solicitação da ASCOM por meio do Memorando nº 0850775, para ampliar o Item 12 (Créditos para impulsionamento). A justificativa foi a crescente demanda por divulgação para o cumprimento das metas previstas no Plano de Comunicação Institucional 2025. Este segundo acréscimo, no valor de R\$ 38.500,00, resultou no valor contratual final de R\$ 490.490,00.

4.16. O acompanhamento rigoroso da execução revelou uma heterogeneidade relevante no consumo dos itens contratados, conforme demonstra a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD CONTRATADA	QTD UTILIZADA	SALDO
02	Captção em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até quatro horas de duração no interior do Estado de Rondônia.	20	6	14
03	Cobertura de evento com até oito horas de duração, contendo duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc). Equipe técnica completa com dois cinegrafistas, operadores de corte. Transporte de equipe e equipamentos para solenidades, seminários e cursos da ESCON e/ou outros eventos institucionais. O serviço deve atender capital e interior do Estado de Rondônia.	50	13	37
05	Edição de matéria jornalística e vídeo utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existente. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para utilização da ilha. Produtos de até 5 minutos.	20	50	-30
10	Transmissão de sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos em modalidade "Streaming", com 06 (seis) câmeras padrão de qualidade mínima FULL	40	51	-11



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD CONTRATADA	QTD UTILIZADA	SALDO
	HD (1920x1080px) equipe composta por cinegrafista, operador, kit de microfones, diretor de imagem, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até quatro horas de duração na cidade de Porto Velho.			

Quadro 3: Acompanhamento da execução dos itens 2, 3, 5 e 10.

4.17. A análise do quadro 3 revela não uma falha de projeção, mas o reflexo de uma nova dinâmica de proatividade da ASCOM. O expressivo consumo dos serviços de edição (item 5) e de transmissão ao vivo (item 10), em contraste com o saldo remanescente dos itens 2 e 3, estabelece uma premissa fundamental: **a execução contratual é a fonte de dados mais fidedigna para o planejamento de futuras contratações**. Ignorar essa evidência empírica representaria um descompasso com o princípio do planejamento, basilar para a Administração Pública.

4.18. Nesse contexto, a equipe de planejamento, a partir das lições extraídas da execução anterior, inicialmente concebeu a adoção de horas efetivas de prestação do serviço como unidade de medida para os itens de captação, cobertura e transmissão, e de minuto de produto final para os itens de edição, com o objetivo de mitigar os riscos de baixa utilização e de superexecução verificados no contrato precedente. Essa proposta, contudo, foi submetida à consulta técnica junto a empresas do ramo, que será detalhada na seção subsequente deste Estudo

4.19. Para além do dimensionamento quantitativo e da definição das unidades de medida, a experiência deixou um aprendizado igualmente crucial sobre o escopo qualitativo do objeto. A necessidade de incluir, via termo aditivo, os serviços de gestão de tráfego pago e impulsionamento digital demonstra que tais atividades transcenderam a condição de necessidade superveniente para se firmarem como elementos estratégicos permanentes da comunicação institucional, impondo sua inclusão no escopo original da nova contratação.

4.20. Portanto, as lições aprendidas convergem para uma diretriz unificada que norteará o novo processo, focada na mitigação de riscos e na otimização de recursos. É imperativo que a nova contratação já contemple, em seu escopo original, os serviços de marketing digital, alinhando o objeto à realidade da comunicação contemporânea. Simultaneamente, a recalibragem dos quantitativos e das unidades de medida com base no histórico de consumo é medida indispensável para prevenir a interrupção de serviços estratégicos, com potencial impacto na transparência e na divulgação das atividades finalísticas do Tribunal. Essas ações conjuntas assegurarão a suficiência do futuro contrato, a fidedignidade da estimativa de despesa e, em última instância, a plena promoção da eficiência administrativa.

#### PESQUISA COM EMPRESAS DO RAMO

4.21. Com o objetivo de validar as especificações e as unidades de medida inicialmente concebidas para a nova contratação, a equipe de planejamento promoveu reuniões técnicas com empresas especializadas no setor audiovisual. As tratativas foram formalizadas em ata de reunião (id. 1029700) e os principais pontos levantados por cada empresa estão sintetizados a seguir.

REUNIÕES TÉCNICAS COM EMPRESAS ESPECIALIZADAS	
Nobre Serviços Digitais Ltda	A atual prestadora do serviço, manifestou preocupação com a remuneração baseada estritamente nas horas de efetiva prestação do serviço, argumentando que a mobilização da equipe e a montagem dos equipamentos frequentemente ocorrem em horários ou dias distintos do evento, não estando cobertos pela unidade de medida proposta. Quanto à edição, a empresa reconheceu que o tempo de trabalho para produzir um minuto de produto final pode demandar várias horas do profissional, porém acatou o posicionamento da Administração de que o valor do minuto de produto final deve englobar todos os custos envolvidos, independentemente do esforço interno da contratada, pois o objetivo é remunerar o resultado entregue, e não o tempo de trabalho. Adicionalmente, a empresa alertou que a infraestrutura de cabeamento existente para as transmissões ao vivo foi instalada por ela e apresenta particularidades que uma nova licitante desconheceria, podendo resultar em propostas inexequíveis ou em falhas operacionais. Como encaminhamento, foi sugerida e aceita por ambas as partes a inclusão, no futuro edital, da obrigatoriedade de Declaração de Visita Técnica, assegurando o conhecimento prévio das condições do local e a isonomia entre os licitantes.
Norte comunicação	A empresa demonstrou concordância com a medição por minuto de produto entregue, considerando o modelo "legal" e viável. Bem como, solicitou esclarecimento se o foco da medição será o conteúdo finalizado ou o volume de captação bruta. Por fim, sugeriu que o item referente à transmissão preveja a execução em diversos locais, e não apenas em um ponto fixo.
Play Mídia	A empresa corroborou o entendimento de que a medição por hora de efetiva prestação não atenderia às necessidades operacionais do setor, tendo em vista o tempo que os equipamentos permanecem no local - incluindo montagem e desmontagem -, razão pela qual manifestou preferência pela contratação por serviço. A medição por minuto de produto final para os itens de edição foi considerada viável pela empresa.
Alef filmes	A empresa também se posicionou contrariamente à medição por hora para os itens de captação, cobertura e transmissão, esclarecendo que as produtoras em Porto Velho operam com profissionais freelancers contratados por diária, e que as transmissões ao vivo demandam entre duas e três horas apenas para montagem. A empresa sugeriu que a medição se inicie desde o início dos trabalhos de montagem. Para os itens de captação jornalística, considerou a medição por hora aceitável. Sugeriu, ainda, que o objeto preveja somente eventos de até 4 (quatro) horas, com a possibilidade de duplicação do item para eventos de maior duração, bem como a inclusão de item acessório de câmera adicional com cinegrafista para os serviços de cobertura. No tocante à edição, alertou que coberturas de evento de curta duração, ao serem editadas por minuto de produto final, poderiam não ser economicamente vantajosas para o Tribunal. A empresa levantou, ainda, a necessidade de separar os itens de roteiro e narração, por se tratarem de entregas distintas, e questionou a forma de remuneração dos itens de gestão de tráfego pago e créditos de impulsionamento, tendo em vista que produtoras audiovisuais não operam sob o mesmo regime tributário das agências de publicidade. Por fim, sugeriu a inclusão de item de produção fotográfica, demanda não contemplada no contrato anterior.
Telemídia Publicidade	A empresa manifestou concordância com a modelagem proposta, declarando que tanto a medição por evento quanto a medição por minuto de produto final seriam atendidas pela empresa, e recomendou a separação dos itens de roteiro e narração em entregas independentes.

Quadro 4: Reunião técnica com as empresas

4.22. Diante das contribuições colhidas, a equipe de planejamento concluiu que a medição por hora de efetiva prestação não refletiria adequadamente a estrutura operacional do mercado, especialmente nos itens que exigem mobilização, montagem e desmontagem de equipamentos. Em razão disso, a modelagem foi aprimorada: para os itens de captação, cobertura e transmissão, a unidade de medida adotada será o evento de até 4 (quatro) horas, incorporando ao preço-base toda a estrutura operacional necessária à execução; para os itens de edição, manteve-se a unidade de medida de minuto de produto final, por mostrar-se tecnicamente adequada e amplamente aceita pelos fornecedores consultados. Essas definições conferem objetividade ao objeto, asseguram a exequibilidade das propostas e resguardam a economicidade da contratação.



## FORMAS DE CONTRATAÇÃO

4.23. Uma vez consolidado o entendimento de que a terceirização de serviços especializados é a solução que melhor atende aos princípios da eficiência no âmbito deste Tribunal, cumpre analisar o rito procedimental mais adequado para a seleção da futura contratada. Nesse contexto, o ordenamento jurídico vigente e as práticas de mercado para o setor de comunicação oferecem duas vias principais para a estruturação do certame: a **concorrência**, fundamentada na natureza intelectual e integrada dos serviços de publicidade e o **pregão eletrônico**, voltado para serviços cujos padrões de desempenho são objetivamente definidos.

4.24. A seguir, apresenta-se o estudo comparativo entre essas modalidades e a fundamentação da escolha adotada para esta contratação.

### 1. CONCORRÊNCIA (Lei nº 12.232/2010)

4.25. A Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, estabelece procedimentos próprios para os serviços de publicidade. O objetivo da lei não é a contratação de serviços isolados, mas sim a seleção de uma agência de publicidade para executar um conjunto integrado de serviços, abrangendo desde o planejamento estratégico e a criação de campanhas até a produção de materiais e a gestão da veiculação em mídias.

4.26. Veja-se:

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

§ 1º Nas contratações de serviços de publicidade, poderão ser incluídos como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

I - ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no art. 3º desta Lei;

II - à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III - à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

§ 2º Os contratos de serviços de publicidade terão por objeto somente as atividades previstas no caput e no § 1º deste artigo, vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza, as quais serão contratadas por meio de procedimentos licitatórios próprios, respeitado o disposto na legislação em vigor.

4.27. Para assegurar a excelência criativa e estratégica, a legislação afasta o uso do pregão. O serviço de publicidade é predominantemente intelectual, não se enquadrando como serviço comum. Por isso, a lei institui a modalidade "concorrência", com julgamento pelos tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço". Na prática, isso significa que o fator decisivo para a escolha da contratada é a qualidade da proposta técnica, garantindo que o Tribunal selecione a parceira com a maior capacidade criativa e de execução para atender às suas complexas demandas de comunicação.

4.28. A adoção deste modelo centralizado traz benefícios evidentes: eficiência administrativa, ao reduzir a sobrecarga de gerenciar múltiplos contratos; coesão estratégica, ao garantir uma identidade visual e uma mensagem unificada; qualidade superior, assegurada pela expertise da agência, que otimiza os recursos e o impacto das mensagens divulgadas.

### Benchmarking - Análise de Contratações Similares (concorrência)

4.29. No contexto do levantamento de mercado para busca de soluções para contratações públicas, o benchmarking consiste na prática de pesquisar perante outros órgãos para saber qual solução está sendo adotada para resolução de necessidade semelhante ao objeto planejado, de modo a conhecer outras modelagens que possam ser mais vantajosas.

4.30. Desse modo, a equipe de planejamento realizou busca de contratações similares na Administração Pública, resultando no quadro a seguir:

ÓRGÃO	OBJETO	MODALIDADE	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	LEGISLAÇÃO APLICADA	CONTRATADA	CNPJ	VIGÊNCIA	VALOR
Conselho Federal de Administração - CFA	Prestação de serviços de publicidade compreendidos da prestação de serviços de comunicação integrada que compreende: comunicação publicitária, design gráfico e comunicação digital. Os serviços abrangem estudo, planejamento, criação, produção, impressão, veiculação, distribuição e identidade visual do Conselho Federal de Administração (CFA) e campanhas.	concorrência	Técnica e Preço	Lei nº 12.232/2010 Lei nº 14.133/2021	KLIMT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA	10.365.754/0001-07	12 meses	R\$ 1.950.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	OBJETO	MODALIDADE	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	LEGISLAÇÃO APLICADA	CONTRATADA	CNPJ	VIGÊNCIA	VALOR
Conselho Nacional do Ministério Público	Contratação de serviços de publicidade, por intermédio de uma agência de propaganda, para atender às demandas do CNMP.	concorrência	Técnica e Preço	Lei nº 12.232/2010 Lei nº 4.680/1965 Lei nº 14.133/2021	NIMBUS PUBLICIDADE LTDA	34.230.123/0001-30	60 meses	R\$ 1.750.000,00 (um milhão setecentos e cinquenta mil reais)
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse.	concorrência	Melhor técnica	Lei nº 12.232/2010 Lei nº 4.680/1965 Lei nº 14.133/2021	Z3 PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	37.526.019/0002-67	12 meses	R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Quadro 5: Benchmarking - concorrência

4.31. As referidas contratações evidenciam que, para objetos que demandam o conjunto integrado de atividades previsto na Lei nº 12.232/2010 (estratégia + criação + produção), a concorrência de cunho técnico é o modelo adotado para selecionar agências de publicidade.

4.32. Em que pese, o modelo de concorrência apresente benefícios consolidados para a publicidade integrada, sua aplicação imediata ao cenário atual do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia demanda ponderações técnicas relevantes.

4.33. Primeiramente, deve-se considerar a convivência com contratos vigentes, uma vez que o TCE-RO já possui estrutura interna e instrumentos de suporte operacional plenamente ativos, como o Contrato nº 53/2023/TCE-RO (id. 0624103), Contrato nº 43/2025/TCE-RO (id. 0887892), que trata sobre a Contratação do serviço de assinatura de licença anual para acesso ao software-plataforma de benchmarking (SocialMediaGov) de comunicação em redes sociais. A implementação de uma agência de publicidade integral neste momento acarretaria uma sobreposição indesejada de objetos, resultando em ineficiência na gestão de recursos já empenhados.

4.34. Ademais, a necessidade da unidade para este exercício foca primordialmente na execução técnica audiovisual e na gestão de tráfego pago, atividades que podem ser contratadas de forma independente e célere, sem a obrigatoriedade do rito complexo da publicidade integrada. Por fim, registra-se que a unificação dos serviços sob o rito da Lei nº 12.232/2010 poderá ser alvo de estudos e planejamento futuro, visando uma eventual transição para um modelo centralizado à medida que os contratos vigentes atinjam os seus respectivos encerramentos e a maturidade dos processos de comunicação institucional assim o recomende.

4.35. Portanto, diante da impossibilidade de unificação de todos os serviços de comunicação no presente exercício, em razão da vigência de instrumentos contratuais correlatos e da natureza predominantemente executiva da demanda, **a utilização da modalidade concorrência (Lei nº 12.232/2010) mostra-se, neste momento, inadequada para atender aos requisitos de celeridade e eficiência pretendidos por esta Corte de Contas.**

## 2. PREGÃO ELETRÔNICO (Lei nº 14.133/2021)

4.36. O pregão, na forma eletrônica, é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Diferente da concorrência para publicidade, o pregão prioriza a celeridade e a economicidade, sendo o critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto.

4.37. De acordo com a Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

4.38. A adoção deste modelo confere agilidade ao processo de contratação, reduz o risco de subjetividade no julgamento das propostas e fomenta a competitividade entre empresas especializadas.

### **Benchmarking - Análise de Contratações Similares (pregão)**

4.39. No contexto do levantamento de mercado para busca de soluções para contratações públicas, o benchmarking consiste na prática de pesquisar perante outros órgãos para saber qual solução está sendo adotada para resolução de necessidade semelhante ao objeto planejado, de modo a conhecer outras modelagens que possam ser mais vantajosas.

4.40. Desse modo, a equipe de planejamento realizou busca de contratações similares na Administração Pública, resultando no quadro a seguir:

ÓRGÃO	OBJETO	MODALIDADE	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	LEGISLAÇÃO APLICADA	CONTRATADA	CNPJ	VIGÊNCIA	VALOR
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	Contratação de serviços continuados de filmagem, gravação, edição e transmissão de sessões de julgamento e de eventos, produção de reportagens e vídeos institucionais, exibição simultânea (áudio e vídeo) de eventos, gravação de videocast/podcast e registro fotográfico.	pregão - Eletrônico	Menor Preço	Lei nº 14.133/2021	EXPLORATA PRODUTORA LTDA	19.206.602/0001-28	5 (cinco) anos	R\$ 482.940,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e quarenta reais)
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para operação dos sistemas de audiovisuais, captação de imagens, gravação, edição e transmissão de sinais de áudio e vídeo do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.	pregão - Eletrônico	Menor Preço	Lei nº 14.133/2021	PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	03.958.504/0001-07	24 (vinte e quatro) meses	R\$2.349.999,68 (dois milhões trezentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos)
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	Registro de Preços para prestação de serviços de Filmagem, Edição de Vídeos de Eventos e Atividades e Disponibilização de Link para Transmissão ao Vivo (Streaming), destinado ao atendimento das demandas primordiais de interação do TCE-RJ e da ECG/TCE-RJ.	pregão - Eletrônico	Menor Preço	Lei nº 14.133/2021	FEEDBACK ESTÚDIO DE CRIAÇÃO LTDA	27.890.072/0001-08	12 (doze) meses	R\$ 342.761,00 (trezentos e quarenta e dois mil setecentos e sessenta e um reais)

Quadro 6: Benchmarking - pregão

4.41. A amostragem acima confirma que órgãos de grande relevância institucional, utilizam o pregão para viabilizar as entregas finalísticas de comunicação. O modelo permite que a Administração defina rigorosamente o padrão de qualidade exigido, selecionando a proposta de menor preço entre empresas plenamente qualificadas para a execução técnica audiovisual e digital.

CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.42. O levantamento de mercado converge para a contratação de empresa especializada por meio de pregão eletrônico como a solução que melhor atende ao interesse público. A análise afastou a execução direta, cuja inviabilidade foi comprovada pela dificuldade de aquisição de ativos tecnológicos em certames anteriores (Pregões nº 90012/2025 e 90037/2025), consolidando a execução indireta como o modelo de menor risco e maior eficiência.

4.43. Quanto à modalidade, a natureza eminentemente executiva do objeto afasta atualmente a adequação da concorrência (Lei nº 12.232/2010), voltada para serviços de publicidade integrada. A robustez da escolha pelo pregão é decisivamente corroborada pela exitosa experiência institucional com o Contrato nº 24/2024/TCE-RO, cujas lições aprendidas sobre a necessidade de incluir serviços digitais e de recalibrar quantitativos foram integralmente incorporadas ao planejamento da presente contratação para garantir a otimização de recursos e a mitigação de riscos.

4.44. Portanto, com base na análise técnica, comparativa e de mercado, a equipe de planejamento conclui pela escolha da **Solução II - Execução indireta, mediante a contratação de empresa especializada, por meio do pregão eletrônico**. Esta escolha é fundamentada na inviabilidade da execução direta, na inadequação da modalidade concorrência para a demanda atual e, decisivamente, na experiência interna positiva, cujas lições aprendidas foram integralmente incorporadas ao planejamento da presente contratação para garantir a otimização de recursos e a mitigação de riscos.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 18, §1º, INCISO VII DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO IV DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)**

5.1. A solução consiste na contratação, sob demanda, de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, por um período de 12 meses podendo ser prorrogável, voltados a atender às necessidades de comunicação pública e transparência do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

5.2. A prestação abrange todas as etapas do ciclo de produção, desde a concepção, roteirização, captação de áudio e vídeo, edição e pós-produção, finalização, publicação e arquivamento, incluindo cobertura de eventos institucionais, transmissões e entradas ao vivo e difusão multicanal dos conteúdos. Para ampliar o alcance e a padronização da comunicação, a solução incorpora serviços de narração/locução profissional e de gestão de tráfego para distribuição e otimização de audiência nos canais digitais institucionais.

5.3. A estratégia de contratação estabelece a execução integral com equipe e equipamentos da contratada, composta por profissionais especializados e com experiência, a saber: repórter jornalístico; repórter cinematográfico; editor de imagens/pós-produtor/finalizador; auxiliar de repórter cinematográfico; roteirista; narrador/locutor; e gestor de tráfego. Esses perfis atuarão de forma integrada, assegurando qualidade técnica e editorial, identidade institucional uniforme e tempestividade na entrega dos produtos, conforme pautas e ordens de serviço emitidas pelo TCE-RO.

5.4. Caberá à contratada, ainda, prover suporte técnico às ilhas de edição e aos softwares utilizados, além de garantir a conformidade da difusão digital com a legislação aplicável, as políticas das plataformas, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as diretrizes de comunicação pública, sempre que houver uso de impulsionamento ou veiculação paga, quando autorizados pela Administração.

5.5. Para o adequado atendimento do objeto, as responsabilidades e requisitos mínimos por função são os seguintes:

**Repórter jornalístico:**

- I - Formação em jornalismo e domínio de técnicas de reportagem, apuração e redação, com boa comunicação, escrita e criatividade.
- II - Elaboração de pautas e roteiros; redação de textos; realização de reportagens, entrevistas e pesquisas de fontes; cobertura de eventos institucionais; apresentação de programas para web TV; produção de conteúdos tutoriais e participação em links ao vivo.
- III - Conhecimento amplo sobre o TCE-RO e sobre o Poder Público em todas as suas esferas, garantindo objetividade, precisão e linguagem adequada ao interesse público.

**Repórter cinematográfico:**

- IV - Captação de imagens em estúdio e externas, com domínio de iluminação, enquadramentos e ângulos, assegurando a qualidade técnica final.
- V - Cobertura de pautas com autonomia, inclusive sem acompanhamento de repórter jornalístico, quando demandado.
- VI - Operação de câmeras, switchers, projetores e sistemas de imagem em eventos; verificação e diagnóstico técnico de equipamentos, inclusive pós-manutenção.

**Editor de imagens, pós-produtor e finalizador:**

- VII - Operação de estações de edição não linear para captura, edição e finalização de áudio e vídeo de estúdio e externas.
- VIII - Pós-produção com criação e inserção de artes gráficas, videografismos, vinhetas, efeitos visuais e sonorização.
- IX - Gravação, reprodução e conversão de arquivos para mídias e formatos digitais adotados pelo TCE-RO; captura/digitalização de sinais; inserção de caracteres e legendas; organização e arquivamento dos acervos produzidos.
- X - Suporte técnico à instalação e manutenção de softwares e à operação da ilha de edição.

**Auxiliar de repórter cinematográfico:**

- XI - Condução, montagem, organização e guarda de equipamentos e acessórios de filmagem (lentes, baterias, tripés, cabos, extensões etc.).
- XII - Apoio na organização de ambientes, montagem de estúdios e correção de luz (rebatedores etc.), bem como na captação de áudio em estúdio e externas.
- XIII - Operação e manuseio de microfones, mídias e equipamentos de iluminação, conforme orientação técnica.

**Roteirista:**

- XIV - Criação e/ou adaptação de histórias e estruturas narrativas para vídeos institucionais e promocionais (VTs), documentários, séries e outras peças.
- XV - Elaboração de roteiros de pré-produção que orientem a captação e a condução das entrevistas, depoimentos e cenas.
- XVI - Acompanhamento da pós-produção para alinhar a ideia original aos achados e ajustes das gravações.
- XVII - Domínio da atuação do TCE-RO e do funcionamento do Poder Público.

**Narrador/locutor:**

- XVIII - Execução de locuções institucionais, jornalísticas e documentais (offs, chamadas, vinhetas, spots e peças correlatas), com dicção, clareza e padronização compatíveis com a linguagem formal da Administração Pública e a identidade sonora do TCE-RO.
- XIX - Capacidade de adequar tom, ritmo e ênfase ao objetivo comunicacional (informativo, educativo, cerimonial ou documental), observando neutralidade e correção linguística.
- XX - Gravação em estúdio próprio ou indicado, com qualidade técnica compatível com padrões de plataformas digitais e transmissões (áudio limpo, níveis adequados e ausência de ruídos), incluindo entrega de arquivos em formatos requisitados, versões e regravações quando necessárias.
- XXI - Apoio à acessibilidade por meio de locuções específicas e orientadas (por exemplo, versões de áudio quando demandadas), em articulação com a equipe de edição para sincronização fina com imagem e trilha.

**Gestor de tráfego:**

- XXII - Planejamento, execução e otimização da distribuição dos conteúdos nos canais digitais institucionais (por exemplo, portal, YouTube, redes sociais e plataformas de streaming), incluindo programação de publicações, definição de metadados, descrições, títulos, miniaturas e playlists, com foco em alcance qualificado e engajamento orgânico.
- XXIII - Quando autorizado e nos estritos termos da legislação e diretrizes do TCE-RO: planejamento e gestão de campanhas de mídia paga para conteúdos institucionais (configuração, segmentação, orçamento, cronograma e otimização), respeitando vedações de personalização indevida, a LGPD, as políticas das plataformas e os princípios da comunicação pública.

XXIV - Mensuração e reporte de desempenho com indicadores (por exemplo, alcance, impressões, taxa de visualização, retenção, cliques e engajamento), propondo ajustes de distribuição e calendário editorial com base em evidências, além da implementação de boas práticas de marcação e governança de acessos às contas institucionais.

5.6. Os produtos decorrentes desta contratação incluem, entre outros, reportagens, programas para web TV, vídeos institucionais e promocionais (VTs), documentários, séries, interprogramas, tutoriais, coberturas de eventos e transmissões/entradas ao vivo, além de trilhas de locução e peças de áudio correlatas. A prestação será sob demanda, com prazos, revisões e padrões de qualidade definidos, garantindo identidade visual e sonora, conformidade técnica e editorial e preservação do acervo audiovisual produzido. Com essa estrutura, assegura-se capacidade ponta a ponta de criação, produção, finalização e difusão multicanal dos conteúdos, ampliando a efetividade da comunicação institucional do Tribunal e o atendimento ao interesse público.

5.7. Esta descrição da solução como um todo serve como o alicerce estratégico para a definição do objeto, mas não esgota a totalidade das obrigações a serem cumpridas. Tais requisitos funcionam como as diretrizes que orientarão a elaboração do Termo de Referência, documento no qual constará o detalhamento pormenorizado de todas as responsabilidades, especificações técnicas e entregáveis exigidos da contratada.

6. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM



6.1. Em conformidade com o art. 6º, inciso XIII da [Lei n. 14.133/2021](#), os serviços a serem adquiridos se enquadram na classificação como serviços comuns, tendo em vista que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.



6.2. Em atenção ao art. 20 da Lei Geral de Licitações, os elementos do planejamento da contratação reafirmam que os serviços descritos no presente estudo **não possuem características de bem de luxo**, quais sejam: de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. Destaca-se que diversas disposições da [Resolução n. 380/2023/TCE-RO](#), que regulamenta o referido dispositivo legal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, são impossíveis de serem verificadas antecipadamente, demandando que as unidades integrantes da segunda e terceira linha de defesa do controle das contratações (nos termos do art. 169, II e III) aguardem o transcurso natural da instrução processual a fim de certificar a inexistência de controvérsias que exsurjam diante da interação com o mercado, mormente nas pesquisas de preços e impugnações do instrumento convocatório.




6.3. Assim, os bens que a Administração pretende contratar são caracterizados como "bens comuns", conforme determina o art. 1º da Resolução n. 380/2023-TCERO c/c com o art. 20 da Lei 14.133/2021, visto que são facilmente encontrados no mercado e não apresentam variações significativas de qualidade superior às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam.




7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (ART. 18, §1º, INCISO IV DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO V DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

7.1. A estimativa de quantitativos para a presente contratação fundamenta-se na análise da execução do Contrato nº 24/2024/TCE-RO, entre o período de 19.06.2024 até 12.11.2025, conforme relatório de execução contratual (id. 0973266). A seguir, detalha-se a interpretação de cada item, servindo como alicerce para o dimensionamento do novo ajuste.



ITEM	DESCRIÇÃO ITENS	(A) Qtd Contrato 24/2024	(B) Qtd 1º Termo Aditivo	(C) Qtd 2º Termo Aditivo	(A+B+C) QTD CONTRATUAL TOTAL	QTD UTILIZADA	% DE UTILIZAÇÃO	INTERPRETAÇÃO	JUSTIFICATIVA	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO
1	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até quatro horas de duração na cidade de Porto Velho.	60	0	0	60	49	81,67%	 Uso adequado	A taxa de utilização indica que o quantitativo foi bem dimensionado. O histórico de consumo deste item constitui um parâmetro fidedigno para a estimativa da nova contratação.	Manutenção deste serviço.
2	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até	20	0	0	20	6	30%	 Baixa utilização	A baixa execução não reflete ausência de demanda por cobertura no interior, mas sim uma limitação de ordem operacional: a dependência da disponibilidade do gestor da ASCOM para acompanhar as equipes.	Para a nova contratação, a estratégia de mitigação inicialmente delineada para o gargalo operacional deste item consistia na inclusão da figura de um repórter/jornalista.  Contudo, esta abordagem foi reavaliada, em fase da Decisão SELIC (id. 0925017), que apontou para a existência de um posto similar previsto no contrato 53/2025.

ITEM	DESCRIÇÃO ITENS	(A) Qtd Contrato 24/2024	(B) Qtd 1º Termo Aditivo	(C) Qtd 2º Termo Aditivo	(A+B+C) QTD CONTRATUAL TOTAL	QTD UTILIZADA	% DE UTILIZAÇÃO	INTERPRETAÇÃO	JUSTIFICATIVA	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO
	quatro horas de duração no interior do Estado de Rondônia.									<p>Neste cenário, a contratação externa geraria uma sobreposição indesejada de objetos com o referido contrato, que já contempla a função.</p> <p>Portanto, como alternativa e para otimizar a execução, a nova estratégia consiste na criação de itens apartados, dedicado exclusivamente à "Elaboração de roteiro e narração". Este serviço, a ser executado por jornalista, fornecerá o direcionamento completo para a produção, desde a pauta até a entrega do produto final.</p>
3	Cobertura de evento com até oito horas de duração, contendo duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc). Equipe técnica completa com dois cinegrafistas, operadores de corte. Transporte de equipe e equipamentos para solenidades, seminários e cursos da ESCON e/ou outros eventos institucionais. O serviço deve atender capital e interior do Estado de Rondônia.	50	0	0	50	13	26%	 Baixa utilização	A baixa utilização decorre de uma especificação (duração de 8 horas) que se mostrou desalinhada com o perfil da maioria dos eventos institucionais. O item foi utilizado de forma adaptativa para suprir o esgotamento do serviço de streaming (Item 10), evidenciando a necessidade de flexibilidade.	Para corrigir o desalinhamento identificado no contrato anterior, o novo ETP prevê a cobertura de eventos de até 4 horas, tendo em vista que a maioria dos eventos institucionais possuem essa duração.
4	Captação em estúdio, que pode ser na empresa ou nas dependências do TCERO conforme a necessidade, para entrevista, com duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com possibilidade de transmissão simultânea para	40	0	0	40	4	10%	 Utilização muito baixa	Este item atende a uma demanda específica e de natureza projetual (O Videocast: "A gente Te Conta"), cuja utilização é sazonal e condicionada à estratégia de comunicação de cada gestão.	Observar o quantitativo previsto para o videocast para essa nova contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO ITENS	(A) Qtd Contrato 24/2024	(B) Qtd 1º Termo Aditivo	(C) Qtd 2º Termo Aditivo	(A+B+C) QTD CONTRATUAL TOTAL	QTD UTILIZADA	% DE UTILIZAÇÃO	INTERPRETAÇÃO	JUSTIFICATIVA	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO
	sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc), com equipe técnica completa, iluminação de estúdio, mesa de áudio e kit de microfones para até 4 pessoas, incluindo o moderador para talk show, entrevistas e debates.									
5	Edição de matéria jornalística e vídeo utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existente. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para utilização da ilha. Produtos de até 5 minutos.	20	0	0	20	50	150%	 Superexecução	A superexecução indica um subdimensionamento crítico no planejamento original, impulsionado pela alta produtividade da ASCOM. Ressalva-se que o excedente decorreu de falhas no controle da medição e fiscalização.	<p>A experiência do contrato anterior demonstrou que a segregação por "finalidade" (itens 5, 6 e 7) gerou um desequilíbrio na execução, com a superexecução do item 5 em detrimento dos outros que permaneceram ociosos devido a especificações rígidas.</p> <p>Para mitigar esse risco de desabastecimento e garantir a economicidade, a nova estratégia de contratação adota a classificação por Nível de esforço técnico.</p> <p>1. Categoria Nível I - antigo item 6 (Pós-Produção Essencial): Destinada a conteúdos de alta rotatividade e curta duração. Caracteriza-se por edição linear (cortes secos), inserção de legendas descritivas/automáticas e trilha sonora básica. Focada na agilidade da informação.</p> <p>2. Categoria Nível II - antigo item 5 (Pós-Produção Intermediária): Envolve a construção de narrativa (storytelling) a partir de coberturas de eventos, seminários ou sessões. Exige seleção criteriosa de imagens (decupagem), tratamento de áudio, inserção de caracteres de identificação (GCs) e locução/off.</p> <p>3. Categoria Nível III - antigo item 7 (Pós-Produção Especial/Criativa): Destinada a produtos de alto valor institucional. Exige processo de</p>
6	Edição simples de vídeo de cobertura de eventos para acervo, utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existentes. Edição simples, sem roteiro específico. Com inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha. Produtos de até 1 minuto.	240	0	0	240	40	16,67%	 Baixa utilização	A baixa adesão sugere que a especificação de "edição simples" e a limitação de 1 minuto não atenderam plenamente às necessidades de comunicação, que majoritariamente demandaram a complexidade do Item 5.	
7	Edição de vídeo institucional e/ou promocional, utilizando imagens captadas e/ou banca de imagens existentes. Ilha de edição compatível com o	20	0	0	20	6	30%	 Baixa utilização	A baixa utilização decorre de uma falha na especificação do serviço, que, por não possuir um limite de tempo definido e apresentar o maior valor unitário das edições, tornou-se economicamente	

ITEM	DESCRIÇÃO ITENS	(A) Qtd Contrato 24/2024	(B) Qtd 1º Termo Aditivo	(C) Qtd 2º Termo Aditivo	(A+B+C) QTD CONTRATUAL TOTAL	QTD UTILIZADA	% DE UTILIZAÇÃO	INTERPRETAÇÃO	JUSTIFICATIVA	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO
	formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha, atendendo a roteiro produzido especificamente para o vídeo.								desvantajoso e de difícil mensuração para a gestão.	roteirização prévia, utilização de <i>motion graphics</i> (textos e elementos animados), correção de cor cinematográfica ( <i>color grading</i> ) e finalização avançada. O foco reside na criação intelectual e no impacto visual da produção.
8	Produção de vinhetas animadas sonorizadas, em computação gráfica 2 D para utilização em vídeos e matérias jornalísticas (abertura, transição e encerramento de vídeo, mapas, infográficos, letterings, etc...). Produtos com até 15 segundos de duração.	10	0	0	10	0	0%	 Não utilizado	A ausência de consumo no período analisado decorre de dois fatores principais: a diretriz de comunicação da gestão atual e a capacidade da equipe interna de absorver as demandas de computação gráfica.	marca institucional. elementos gráficos animados mais elaborados é uma ferramenta de alto impacto. Sua exclusão completa do contrato eliminaria a capacidade de resposta para projetos especiais que excedam a expertise ou a capacidade produtiva da equipe interna. Portanto, será mantido este item, mas em quantitativos reduzidos, para servir como um recurso complementar à produção interna e assegurar flexibilidade para futuras demandas de maior complexidade.
9	Elaboração de roteiro para vídeos institucionais consistindo em produção de texto com informações para captação de imagens e junção ao áudio, seja em off ou spot, que descreva os aspectos ligados à produção audiovisual do início ao fim.	40	0	0	40	0	0%	 Não utilizado	A inexecução deste item decorreu de uma especificação fragmentada do objeto. A previsão apenas da "elaboração de roteiro" mostrou-se insuficiente para as necessidades da ASCOM, uma vez que o roteiro isolado, sem a respectiva narração profissional, não entregava um produto pronto para a fase de edição. Na prática, a ausência de um item que contemplasse a voz do locutor/jornalista forçava a equipe técnica a improvisar narrações internas.	Para a nova contratação, a estratégia de mitigação consiste na remodelagem do item para elaboração de roteiro e narração a ser elaborada por jornalista, com a consequente entrega de produto final.
10	Transmissão de sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos em modalidade "Streaming", com 06 (seis) câmeras padrão de qualidade mínima FULL HD (1920x1080px) equipe composta por cinegrafista, operador, kit de microfones, diretor de imagem, transporte de equipe e equipamentos,	40	0	0	40	51	127,50%	 Superexecução	A superexecução indica um subdimensionamento crítico no planejamento original, impulsionado pela alta produtividade da ASCOM. Ressalva-se que o excedente decorreu de falhas no controle da medição e fiscalização.	Utilizar a estimativa/consumo real como parâmetro-base, a fim de alinhar o contrato à demanda efetiva e mitigar o risco de exaurimento precoce de saldo.



ITEM	DESCRIÇÃO ITENS	(A) Qtd Contrato 24/2024	(B) Qtd 1º Termo Aditivo	(C) Qtd 2º Termo Aditivo	(A+B+C) QTD CONTRATUAL TOTAL	QTD UTILIZADA	% DE UTILIZAÇÃO	INTERPRETAÇÃO	JUSTIFICATIVA	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO
	para atender eventos de até quatro horas de duração na cidade de Porto Velho.									
11	Gestão de tráfego pago em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube) pelo período de 19 meses	0	19	0	19	12	63,16%	 Uso adequado	O consumo previstos demonstra uma utilização constante e alinhada ao planejado.	Manutenção deste serviço, com quantitativo proporcional à nova vigência.
12	Créditos para impulsionamento em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	0	10300	48800	59.100	14.300	24,20%	 Baixa utilização	A aparente baixa utilização percentual é enganosa e decorre do fato de o segundo aditivo, de valor expressivo, ter sido celebrado no final do período de análise. A execução real demonstra um consumo mensal médio e constante de aproximadamente 4.000 que levou ao esgotamento do saldo inicial e motivou a suplementação.	A estimativa para a nova contratação deve, se basear no consumo médio mensal, projetado para o período de vigência.

Quadro7: Análise da execução do Contrato nº 24/2024/TCE-RO

7.2. A execução do Contrato nº 24/2024/TCE-RO serve como base fática para o presente planejamento. Ressalta-se que, devido ao cenário orçamentário, a estimativa de quantitativos será dimensionada estritamente pela execução real, sem a inclusão de margem de segurança (25%).

7.3. Diante disso, segue planilha consolidada:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEMORIAL DE CÁLCULO E ORIGEM DOS DADOS  (A)	QUANTIDADE  (A+B)	UNIDADE DE MEDIDA
1	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas na cidade de Porto Velho.</b>	49 eventos  <b>Fonte:</b> Histórico de consumo do contrato anterior.	49	EVENTO
2	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas no interior do Estado de Rondônia.</b>	6 eventos  <b>Fonte:</b> Histórico de consumo do contrato anterior.	6	EVENTO
3	Elaboração de <b>roteiro</b> para vídeos institucionais, <b>a ser elaborada por jornalista</b> , consistindo em produção de texto com informações para captação de imagens e junção ao áudio, seja em off ou spot, que descreva os aspectos ligados à produção audiovisual do início ao fim, <b>com a consequente entrega de produto final.</b>	6 eventos  <b>Fonte:</b> Vinculação técnica ao item de captação no interior do Estado (2).	6	SERVIÇOS
4	<b>Narração/Locução</b> profissional para vídeos institucionais, deve ser realizada em estúdio ou com equipamento profissional que garanta alta qualidade de áudio, livre de ruídos, ecos ou distorções, <b>com a consequente entrega de produto final.</b>	6 eventos  <b>Fonte:</b> Vinculação técnica ao item de captação no interior do Estado (2).	6	SERVIÇOS
5	Cobertura de evento com até <b>4 (quatro) horas</b> de duração, contendo duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc). Equipe técnica completa com dois cinegrafistas, operadores de corte. Transporte de equipe e equipamentos para solenidades, seminários e cursos da ESCON e/ou outros eventos institucionais. O serviço deve atender capital e interior do Estado de Rondônia.	13 eventos  <b>Fonte:</b> Histórico de consumo do contrato anterior.	13	EVENTO
6	Captação em estúdio, que pode ser na empresa ou nas dependências do TCERO conforme a necessidade, para entrevista, com duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc), com equipe técnica completa, iluminação de estúdio, mesa de áudio e kit	<b>Cálculo:</b> 2 edições/mês x 12 meses = 24 edições;  <b>Fonte:</b> Nova Programação Oficial	24	SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MEMORIAL DE CÁLCULO E ORIGEM DOS DADOS (A)	QUANTIDADE (A+B)	UNIDADE DE MEDIDA
	de microfones para até 4 pessoas, incluindo o moderador para talk show, entrevistas e debates.	(Videocast "A gente te conta").		
7	<b>Edição Nível I (Essencial)</b>  Edição simples de vídeo de cobertura de eventos para acervo, utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existentes. Edição simples, sem roteiro específico. Com inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Edição linear de cortes secos e finalização rápida.	40 minutos  <b>Cálculo:</b> 40 vídeos x 1 minuto = 40 minutos;  <b>Fonte:</b> Histórico de consumo do contrato anterior (antigo item 6).	40	MINUTO DE PRODUTO FINAL
8	<b>Edição Nível II (Intermediária)</b>  Edição de matéria jornalística e vídeo utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existente. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Envolve construção de narrativa (storytelling), seleção de sonoras/entrevistas, inserção de GCs de identificação e trilha sonora.	250 minutos  <b>Cálculo:</b> 50 vídeos x 5 minutos = 250 minutos;  <b>Fonte:</b> Histórico de consumo do contrato anterior (Antigo item 5).	250	MINUTO DE PRODUTO FINAL
9	<b>Edição Nível III (Complexa)</b>  Edição de vídeo institucional e/ou promocional, utilizando imagens captadas e/ou banca de imagens existentes. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha, atendendo a roteiro produzido especificamente para o vídeo.  <b>Critério técnico:</b> Exige roteirização técnica, tratamento de cor ( <i>color grading</i> ), mixagem de áudio avançada e elementos de identidade visual animada ( <i>motion graphics</i> ).	60 minutos  <b>Cálculo:</b> 6 vídeos x 10 minutos = 60 minutos;  <b>Fonte:</b> Histórico de consumo do contrato anterior (antigo item 7).	60	MINUTO DE PRODUTO FINAL
10	Produção de vinhetas animadas sonorizadas, em computação gráfica 2 D para utilização em vídeos e matérias jornalísticas (abertura, transição e encerramento de vídeo, mapas, infográficos, letterings, etc..). Produtos com até 15 segundos de duração.	5 serviços  <b>Fonte:</b> Estimativa baseada na não utilização no contrato anterior.	5*	SERVIÇOS
11	Transmissão de sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos em modalidade "Streaming", com 06 (seis) câmeras padrão de qualidade mínima FULL HD (1920x1080px) equipe composta por cinegrafista, operador, kit de microfones, diretor de imagem, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até 4 (quatro) horas de duração na cidade de Porto Velho.	51 eventos  <b>Fonte:</b> Histórico de consumo do contrato anterior (item 10).	51	EVENTO
12	Gestão de tráfego pago em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	<b>Cálculo:</b> 1 serviço x 12 meses  <b>Fonte:</b> Periodicidade mensal do contrato.	12	SERVIÇOS
13	Créditos para impulsionamento em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	<b>Cálculo:</b> R\$ 4.000,00 x 12 meses = 48.000 <b>Fonte:</b> Estimativa de consumo médio mensal.	48.000	SERVIÇOS

Quadro 8: Estimativa de quantidades a serem contratadas.

7.4. O item 10 será mantido, mas em quantitativos reduzidos, pois a produção de vinhetas serve como recurso complementar à produção interna e assegura a flexibilidade para futuras demandas de maior complexidade.

#### 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VI DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO VI DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

8.1. Com base nas necessidades foi realizado pesquisa prévia de valores e análise de mercado, verificando-se que o valor estimado para a referida contratação é de **R\$ 536.562,96** (quinhentos e trinta e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos), conforme detalhamento abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	FONTE DE PESQUISA 01 (ALEF FILMES - id. 1038066)	FONTE DE PESQUISA 02 (TELEMIDIA - id. 1038070)	FONTE DE PESQUISA 03 (PLAY MIDIA - id. 1041505)	FONTE DE PESQUISA 04 (Termo aditivo n 215/2025/TJRO id. 1038110)	FONTE DE PESQUISA 05 (Segundo Termo Aditivo de Contrato n 24/2024/TCE-RO id. 1038115)	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas na cidade de Porto Velho.</b>	49	EVENTO	R\$ <del>2.941,00</del>	R\$ 520,00	R\$ 850,00	R\$ 947,07	R\$ 400,00	R\$ 679,27	R\$ 33.284,11
2	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender <b>eventos de até 4 (quatro) horas no interior do Estado de Rondônia.</b>	6	EVENTO	R\$ <del>4.523,82</del>	R\$ 910,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.168,05	R\$ 700,00	R\$ 994,51	R\$ 5.967,08
3	Elaboração de <b>roteiro</b> para vídeos institucionais, a ser elaborada por jornalista, consistindo em produção de texto com informações para captação de imagens e junção ao áudio, seja em off ou spot, que descreva os aspectos ligados à produção audiovisual do início ao fim, com a consequente entrega de produto final.	6	SERVIÇO	R\$ <del>2.300,00</del>	R\$ 514,80	R\$ 700,00	-	R\$ 396,00	R\$ 536,93	R\$ 3.221,60
4	<b>Narração/Locução</b> profissional para vídeos institucionais, deve ser realizada em estúdio ou com equipamento profissional que garanta alta qualidade de áudio, livre de ruídos, ecos ou distorções, com a consequente entrega de produto final.	6	SERVIÇO	R\$ <del>1.200,00</del>	R\$ 300,00	R\$ 450,00	-	-	R\$ 375,00	R\$ 2.250,00
5	Cobertura de evento com até <b>4 (quatro) horas</b> de duração, contendo duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc). Equipe técnica completa com dois cinegrafistas, operadores de corte. Transporte de equipe e equipamentos para solenidades, seminários e cursos da ESCON e/ou outros eventos institucionais. O serviço deve atender capital e interior do Estado de Rondônia.	13	EVENTO	R\$ <del>7.987,54</del>	R\$ 1.900,00	R\$ <del>3.500,00</del>	-	R\$ 1.365,00* *valor proporcional as 4 horas de evento	R\$ 1.632,50	R\$ 21.222,50
6	Captação em estúdio, que pode ser na empresa ou nas dependências do TCERO conforme a necessidade, para entrevista, com duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube,	24	SERVIÇO	R\$ <del>4.766,91</del>	R\$ 1.450,00	R\$ <del>2.800,00</del>	R\$ 1.588,97	R\$ 1.100,00	R\$ 1.379,66	R\$ 33.111,76

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	FONTE DE PESQUISA 01 (ALEF FILMES - id. 1038066)	FONTE DE PESQUISA 02 (TELEMIDIA - id. 1038070)	FONTE DE PESQUISA 03 (PLAY MIDIA - id. 1041505)	FONTE DE PESQUISA 04 (Termo aditivo n 215/2025/TJRO id. 1038110)	FONTE DE PESQUISA 05 (Segundo Termo Aditivo de Contrato n 24/2024/TCE-RO id. 1038115)	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Teams, etc), com equipe técnica completa, iluminação de estúdio, mesa de áudio e kit de microfones para até 4 pessoas, incluindo o moderador para talk show, entrevistas e debates.									
7	<b>Edição Nível I (Essencial)</b>  Edição simples de vídeo de cobertura de eventos para acervo, utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existentes. Edição simples, sem roteiro específico. Com inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Edição linear de cortes secos e finalização rápida.	40	MINUTO DE PRODUTO FINAL	R\$ <del>1.300,00</del>	R\$ 270,00	R\$ 500,00	-	-	R\$ 385,00	R\$ 15.400,00
8	<b>Edição Nível II (Intermediária)</b>  Edição de matéria jornalística e vídeo utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existente. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para utilização da ilha.  <b>Critério técnico:</b> Envolve construção de narrativa (storytelling), seleção de sonoras/entrevistas, inserção de GCs de identificação e trilha sonora.	250	MINUTO DE PRODUTO FINAL	R\$ <del>1.700,00</del>	R\$ 390,00	R\$ 850,00	-	-	R\$ 620,00	R\$ 155.000,00
9	<b>Edição Nível III (Complexa)</b>  Edição de vídeo institucional e/ou promocional, utilizando imagens captadas e/ou banca de imagens existentes. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha, atendendo a roteiro produzido especificamente para o vídeo.  <b>Critério técnico:</b> Exige roteirização técnica, tratamento de cor ( <i>color grading</i> ), mixagem de áudio avançada e elementos de identidade visual animada ( <i>motion graphics</i> ).	60	MINUTO DE PRODUTO FINAL	R\$ <del>1.250,00</del>	R\$ 540,00	R\$ <del>1.300,00</del>	-	-	R\$ 540,00	R\$ 32.400,00
10	Produção de vinhetas animadas sonorizadas, em computação gráfica 2 D para utilização em vídeos e	5	SERVIÇO	R\$ <del>1.000,00</del>	R\$ 395,00	R\$ <del>1.000,00</del>	R\$ 272,55	R\$ 305,00	R\$ 324,18	R\$ 1.620,92

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	FONTE DE PESQUISA 01 (ALEF FILMES - id. 1038066)	FONTE DE PESQUISA 02 (TELEMIDIA - id. 1038070)	FONTE DE PESQUISA 03 (PLAY MIDIA - id. 1041505)	FONTE DE PESQUISA 04 (Termo aditivo n 215/2025/TJRO id. 1038110)	FONTE DE PESQUISA 05 (Segundo Termo Aditivo de Contrato n 24/2024/TCE-RO id. 1038115)	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	matérias jornalísticas (abertura, transição e encerramento de vídeo, mapas, infográficos, letterings, etc..). Produtos com até 15 segundos de duração.									
11	Transmissão de sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos em modalidade "Streaming", com 06 (seis) câmeras padrão de qualidade mínima FULL HD (1920x1080px) equipe composta por cinegrafista, operador, kit de microfones, diretor de imagem, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até 4 (quatro) horas de duração na cidade de Porto Velho.	51	EVENTO	R\$ 5.250,00	R\$ 3.770,00	R\$ 7.000,00	-	R\$ 2.900,00	R\$ 3.335,00	R\$ 170.085,00
12	Gestão de tráfego pago em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	12	SERVIÇO	-	R\$ 4.000,00	R\$ 1.200,00	-	R\$ 1.300,00	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
13	Créditos para impulsionamento em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	48.000	SERVIÇO	-	R\$ 1,00	R\$ 1,00	-	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 48.000,00
VALOR TOTAL:										R\$ 536.562,96

Quadro 9: Estimativa do valor a ser contratado.

8.2. Visando a fidedignidade do resultado, os valores tachados não foram computados na média por apresentarem um valor excessivamente discrepante.

8.3. É importante destacar que o valor preliminar trazido ao ETP não supre a necessidade da realização de pesquisa de preços em momento posterior, que deverá seguir os moldes da Instrução Normativa SEGES n. 65/2021, bem como a Resolução n. 397/2023 deste TCE-RO.

Da estimativa de cobertura orçamentária (PAC 2026)

8.4. No que se refere à cobertura orçamentária para o exercício de 2026, o item 084.050.PAC.2026 apresenta uma previsão inicial de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Verificou-se, preliminarmente, que tal montante é insuficiente para cobrir a demanda estimada para o período.

8.5. Para fundamentar o cálculo do desembolso real necessário, utilizou-se o valor estimado da presente contratação, vejamos:

Cálculo da estimativa para 2026 (6 meses)	
Estimativa do valor da contratação (12 meses):	R\$ 536.562,96
Estimativa do valor mensal da contratação:	R\$ 44.713,58
Valor Total Estimado (2º Semestre/2026): (Cálculo: R\$ 44.713,58 × 6 meses)	R\$ 268.281,48

Quadro 10: Cálculo da estimativa para 2026 (6 meses)

Análise de disponibilidade e necessidade de reforço

8.6. Quanto ao item 076.050.PAC.2024 (referente ao contrato vigente nº 24/2024), consta um empenho de R\$ 152.090,00 (cento e cinquenta e dois mil noventa reais) (id. 1002473). A projeção de execução para o primeiro semestre de 2026 indica um saldo remanescente que poderá ser remanejado para a nova contratação.

8.7. Abaixo, detalha-se a composição dos recursos e a identificação do déficit orçamentário:

Descrição		Valor
(A)	Valor empenhado no contrato vigente	R\$ 152.090,00
(B)	Gastos realizados (Jan a Mar/2026)	R\$ 19.300,00
(C)	Gastos estimados (Abril a Junho/2026) (R\$ 6.433,33 × 3 meses)	R\$ 19.300,00
(D)	Saldo remanescente passível de remanejamento (A - B - C)	R\$ 113.490,00
(E)	Dotação inicial prevista no PAC 2026 - item 084.050.PAC.2026	R\$ 30.000,00

Descrição		Valor
(F)	Total de recursos disponíveis (D + E)	R\$ 143.490,00
(G)	Necessidade projetada para a nova contratação (6 meses)	R\$ 268.281,48
(H)	Diferença a ser reforçada (G - F)	R\$ 124.791,48

Quadro 11: composição dos recursos e a identificação do déficit orçamentário

8.8. Com o objetivo de sanar a insuficiência de **R\$ 124.791,48** (cento e vinte e quatro mil setecentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos) identificada para o item 084.050.PAC.2026, buscou-se a indicação de fonte de custeio dentro da estrutura orçamentária da própria ASCOM, priorizando a eficiência e a otimização dos recursos.

8.9. Conforme o Despacho 1021175/2026/SGA e a Informação 48 (id. 1037647), foi realizada uma reorganização interna por meio do cancelamento de itens cujos recursos superavam as necessidades imediatas, gerando um saldo para redistribuição.

Detalhamento		Valor
Cancelamento do item 079.050.PAC.2026	1º Prêmio de Jornalismo	+ R\$ 100.000,00
Cancelamento do item 081.050.PAC.2026	Serviços de Consultoria	+ R\$ 70.000,00
Realocação do item 004.050.PAC.2024	Clipping (Contrato 16/2021)	- R\$ 891,87
Realocação do item 078.050.PAC.2024	Revistas Digitais (Contrato 14/2024)	- R\$ 2.660,52
Realocação do item 082.050.PAC.2026	Contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas (Nova Contratação)	- R\$ 7.678,00
SALDO DISPONÍVEL:		R\$ 158.448,94

Quadro 12: Composição do saldo e redistribuições (PAC 2026)

8.10. **Dessa forma, a necessidade de reforço para a nova contratação será integralmente suprida pelo saldo remanescente acima demonstrado. Verifica-se, portanto, a plena viabilidade orçamentária para a presente contratação.**

#### 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VIII DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO VII DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

9.1. A presente contratação será realizada de forma integral, sem parcelamento do objeto, por se tratar de uma solução única cuja fragmentação se mostra tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa para a Administração.

9.2. A demanda constitui uma cadeia produtiva coesa e interdependente, na qual a captação, a edição, a transmissão e o impulsionamento digital são fases de um mesmo processo comunicacional. O parcelamento entre múltiplos fornecedores geraria riscos operacionais de incompatibilidade técnica e ruptura do fluxo de trabalho, comprometendo a agilidade e a qualidade do produto final.

9.3. Adicionalmente, a contratação de uma única empresa é condição indispensável para assegurar a unidade conceitual e estética necessária à comunicação institucional, garantindo a padronização que consolida a credibilidade desta Corte de Contas. Sob a ótica da gestão, o parcelamento se revelaria antieconômico. Enquanto a contratação integrada permite a obtenção de economia de escala, a pulverização em múltiplos contratos aumentaria desproporcionalmente os custos administrativos de fiscalização.

9.4. Portanto, o não parcelamento é a medida que melhor atende ao interesse público, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e eficácia.

#### 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, §1º, INCISO XI DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO VIII DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

10.1. Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

#### 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO IX DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

11.1. A presente contratação encontra respaldo no planejamento institucional, conforme instrumentos abaixo relacionados:

- Previsão no item **084.050.PAC.2026** do Plano Anual de Contratações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Serviços de produção, edição e finalização de material audiovisual com conteúdo jornalístico, institucional, documental, educacional e informativo (pág. 21 do id 0896756);
- Relação com o planejamento estratégico vigente, no Eixo B - 5) Estruturar mecanismos de gerenciamento de riscos de processos e de conduta, com vistas a fortalecer a integridade institucional.

#### 12. RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 18, §1º, INCISO IX DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO X DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

12.1. A contratação decorrente do presente estudo visa ao atendimento dos requisitos elencados neste documento, assim como a contratação de objeto que garanta economicidade, eficiência, efetividade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros desta Corte de Contas.

12.2. Além disso, almeja-se que a contratação permitiria alcançar ganhos diretos e indiretos, são eles:

- a) Potencializar o alcance e a visibilidade das ações institucionais, por meio da criação de vídeos de alta qualidade que estimulem o engajamento, o compartilhamento e a interação da sociedade, ampliando a disseminação orgânica das informações de controle externo;
- b) Racionalizar o uso da força de trabalho interna, permitindo que os servidores da área de comunicação se concentrem em atividades estratégicas de planejamento, gestão de conteúdo e análise de resultados, em vez de se dedicarem a tarefas operacionais e técnicas de produção audiovisual que demandam tempo e expertise específica;
- c) Fortalecer a imagem institucional e a percepção de transparência do Tribunal de Contas, utilizando o formato de vídeo para comunicar de maneira clara, acessível e profissional as suas missões, decisões e resultados para a sociedade;
- d) Garantir a excelência técnica e a adequação estratégica do conteúdo audiovisual, assegurando que cada vídeo seja produzido e adaptado aos formatos específicos das diferentes redes sociais, maximizando seu desempenho e relevância em cada plataforma;
- e) Assegurar a tomada de decisão baseada em dados para futuras campanhas, por meio do monitoramento e da análise de métricas de desempenho, permitindo a otimização contínua das estratégias de comunicação e o melhor aproveitamento dos recursos;
- f) Ampliar a interação com o cidadão, transformando as mídias sociais em canais efetivos de diálogo que permitam ao TCE-RO receber feedbacks da comunidade e, assim, executar suas missões constitucionais de maneira mais eficaz e alinhada às expectativas sociais.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO X DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO X DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

13.1. Para a viabilização da contratação pretendida e a garantia da conformidade orçamentária, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas:

- a) Realizar a realocação do montante estimado de R\$ 143.490,00 (cento e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa reais), proveniente do saldo remanescente do item 076.050.PAC.2024 (vinculado ao Contrato nº 24/2024), para o novo item 084.050.PAC.2026, destinado ao custeio da nova contratação;
- b) Proceder ao reforço orçamentário complementar no valor de R\$ 124.791,48 (cento e vinte e quatro mil setecentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos), utilizando-se parte do saldo disponível de R\$ 158.448,94 identificado na Informação 48 (1037647), decorrente da reorganização interna de recursos da unidade;

13.1.1. Ressalta-se que as providências de remanejamento e reforço definitivos deverão ser efetivadas após a conclusão da etapa de pesquisa de preços. Tal medida é necessária para que os ajustes orçamentários sejam realizados com base em valores fidedignos de mercado, evitando a imobilização desnecessária de recursos ou a persistência de insuficiência de saldo.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO (ART. 18, §1º, INCISO XII DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO X DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

14.1. A presente análise visa identificar os potenciais impactos socioambientais decorrentes da execução contratual e estabelecer diretrizes e requisitos para a futura contratada. O objetivo é incentivar as boas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, em alinhamento com os princípios do desenvolvimento sustentável.

TEMA	IMPACTO	MEDIDAS DE PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO
Gestão de Resíduos Eletrônicos (e-lixo)	Geração de resíduos eletrônicos (baterias, cabos, etc.), cujo descarte inadequado pode causar danos ambientais.	Incentivar a contratada a adotar um plano de logística reversa e, sempre que aplicável, comprovar o descarte ambientalmente adequado dos resíduos eletrônicos gerados na prestação dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.
Consumo de Energia Elétrica	Consumo de energia durante as etapas de gravação, edição e transmissão, contribuindo para a demanda energética.	Recomendar que a contratada, utilize equipamentos com selos de eficiência energética.
Acessibilidade e Inclusão Digital	Risco de exclusão de cidadãos com deficiência no acesso à informação pública veiculada em formato audiovisual.	Estabelecer que os vídeos de caráter institucional, informativo ou educacional destinados à veiculação externa, quando couber e tecnicamente viável, sejam entregues com recursos de acessibilidade, como legendas descritivas e, conforme a necessidade, tradução para LIBRAS.
Propriedade Intelectual e Patrimônio Público	Risco de o patrimônio intelectual, financiado com recursos públicos, não ser devidamente transferido ao Tribunal.	Garantir, por meio de cláusula contratual expressa e inequívoca, a cessão total e permanente dos direitos de propriedade intelectual de todo o material produzido (finalizado ou bruto) ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Quadro 13: Impactos ambientais e medidas de tratamento

15. ANÁLISE DE RISCOS

15.1. A etapa de análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados à contratação. Eles podem ser categorizados como i) riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de contratação e os ii) riscos da gestão contratual.

15.2. A análise dos riscos referente à pretensão contratação é apresentada por meio do mapa de riscos da contratação, que está disponível em anexo, sob o ID. 1001937.

15.3. **Matriz de risco:** O art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº. 14.133/2021 considera matriz de riscos como sendo uma listagem dos **possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam afetar o equilíbrio econômico financeiro** daquela relação jurídica. Todavia, a priori, a equipe de planejamento não vislumbra a necessidade de elaboração do referido documento uma vez que **não se detectou possíveis eventos que justifiquem a sua criação.**

**16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO XIII DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO XIII DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)**

16.1. A análise pormenorizada dos elementos deste Estudo Técnico Preliminar demonstra a plena viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção audiovisual e gestão de mídias digitais.

16.2. A necessidade da contratação está fundamentada no imperativo estratégico de manter a vanguarda comunicacional do TCE-RO, em alinhamento com seu Planejamento Estratégico e com as normas nacionais e internacionais de controle externo, garantindo a transparência e o diálogo com a sociedade.

16.3. O levantamento de mercado afastou categoricamente a execução direta, cuja inviabilidade foi comprovada pelo histórico de licitações fracassadas para aquisição de equipamentos de alta complexidade e rápida obsolescência. A escolha pela execução indireta, por meio de pregão eletrônico, mostrou-se a solução mais eficiente, célere e adequada, sendo corroborada tanto pelo *benchmarking* com outros órgãos públicos quanto, de forma decisiva, pelas lições aprendidas na execução do contrato anterior, que validaram o modelo e informaram o dimensionamento preciso da nova demanda. Esta abordagem não apenas atende à necessidade institucional, mas o faz de forma economicamente vantajosa e com riscos mitigados, transferindo à contratada a responsabilidade pela atualização tecnológica e permitindo que a equipe interna se concentre na gestão estratégica da comunicação.

16.4. Diante do exposto, atesta-se a viabilidade da contratação pretendida.

**17. ASSINATURAS:**



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 30/04/2026, às 12:07, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 30/04/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.br/validar>, informando o código verificador **1001935** e o código CRC **91E0CB7A**.



ANEXO A DO ETP - MAPA DE RISCOS

**OBJETO:** Contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

1. LEGENDA DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

1.1. A etapa de análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados à contratação. Os riscos analisados podem ser categorizados como riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de contratação e os riscos da gestão contratual. A análise dos riscos referente à pretensa contratação é apresentada a seguir:

LEGENDA NÍVEL DE RISCO		PROBABILIDADE				
Baixo		1 MUITO BAIXA	2 BAIXA	3 MÉDIA	4 ALTA	5 MUITO ALTA
Médio						
Alto						
Extremo						
IMPACTO	5 MUITO ALTO		8; 9	5		
	4 ALTO		1; 2; 3; 4; 10			
	3 MÉDIO	7	6			
	2 BAIXO					
	1 MUITO BAIXO					
Matriz de cálculo de risco, sendo <b>extremo: &gt;15 a 25</b> ; <b>alto: &gt;8 a 12</b> ; <b>médio: 3 a 6</b> ; <b>baixo &gt;1 a 2</b>						

2. RISCOS GERAIS DO METAPROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Nº	RISCO	RESPONSÁVEL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO FINAL	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
1	Falhas na fase de planejamento/estudo da contratação	Administração	Diagnóstico inadequado da demanda; Ausência de estudo técnico adequado.	Contratação ineficaz; Aditivos contratuais; Possível necessidade de nova licitação; Dificuldade de fiscalização e execução contratual.	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)	Uso de <i>checklists</i> ;  Capacitar, constantemente, os agentes envolvidos no processo de contratação;  Revisão do ETP por equipe multidisciplinar;  Implantar gestão do conhecimento para que se tenha histórico estruturado de ocorrências contratuais;
2	Insuficiência de recursos financeiros/orçamentários ou ausência de previsão no Plano Anual de Contratações (PAC).	Administração	Restrição orçamentária / financeira. Ausência de inclusão / insuficiência da despesa no PAC.	Atraso no pagamento das notas fiscais; Possibilidade de rescisão contratual; Necessidade de autorização excepcional para inclusão da despesa ao PAC.	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)	Certificar que a despesa está prevista no PAC do ano vigente;  Garantir que as demandas dos próximos exercícios sejam incluídas nos demais PAC, se necessário;  Acompanhar, frequentemente, o saldo de empenho e a execução da dotação

Nº	RISCO	RESPONSÁVEL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO FINAL	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
								orçamentária do objeto.
3	Falha nos procedimentos de acompanhamento e fiscalização contratual.	Administração	Fiscalização ineficiente da execução dos serviços;  Ausência de mecanismos de controle de prazos e de serviços prestados;  Desconhecimento/descumprimento das regras editalícias, contratuais e demais normas aplicadas à contratação.	Insatisfação quanto aos serviços prestados pelo contratado;  Possibilidade de não detecção de descumprimento de obrigações contratuais pela contratante.	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)	Capacitação e constante auxílio dos superiores na condução dos procedimentos de fiscalização;  Apoio da unidade responsável pela gestão de contratos do TCE-RO.
4	Insuficiência de prazo para conclusão da contratação e/ou processamentos de alterações contratuais	Administração	Falta de integração e suporte das unidades envolvidas na contratação;  Mudanças de gestores dos setores envolvidos (gestão do conhecimento prejudicada);  Mapeamento incompleto/incorreto dos procedimentos necessários para contratação;  Necessidade de maior prazo na análise do ETP/TR e demais providências das fases internas e externas da contratação.	Impossibilidade de contratação no prazo necessário;  Questionamento que gerarão atraso no processamento da licitação;  Formalização de contrato com vícios ocultos ou desconhecidos;  Inexecução do contrato;  Falta de cobertura contratual.	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)	Acompanhar as etapas do certame pelos demandantes e envolvidos na elaboração do ETP e TR;  Acompanhar o andamento do processo no SEI;  Aperfeiçoar a comunicação entre as unidades responsáveis pela contratação;  Solicitar suporte da unidade técnica especializada em licitações e contratos.
5	Interrupção da prestação dos serviços	Contratada	Problemas na administração do consultor/empresa e/ou falência/falecimento da contratada;  Descumprimento de obrigações contratuais.	Descumprimento das obrigações contratuais e, consequentemente, do Plano de Atuação e do Plano Estratégico 2021-2028 do TCE;  Custos adicionais para retomada do serviço e/ou contratação de novo consultor/empresa;	3 (Média)	5 (Muito alto)	15 (Extremo)	Manter a contratante ciente das condições que possam levar o contratado à inexecução do contrato;  Capacitar e orientar os fiscais envolvidos na fiscalização do contrato;  Manter em dia a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e afins do contratado.
		Administração	Morosidade na análise dos pedidos de repactuação, revisão e reajuste contratual;  Atuação insatisfatória da fiscalização contratual.	Pagamentos de eventuais juros e multas.				
6	Alteração nos custos que envolvem a prestação dos serviços decorrentes de ajustes tributários, políticas públicas, alta da inflação e afins.	Administração	Flutuações anormais do mercado podem ocasionar em aumentos permanentes e expressivos nos custos da prestação dos serviços, no entanto, algumas situações tornam insustentável a manutenção do contrato.	Desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato;  Aumento expressivo nos custos com a execução do contrato.	2 (Baixa)	3 (Médio)	6 (Médio)	Acompanhar noticiários acerca das propostas tributárias;  Acompanhar as novidades legislativas;  Solicitar que a Secretaria Geral de Administração dê conhecimento sobre leis tributárias e afins que impactem na execução e nos custos contratuais.
7	Alteração da legislação vigente aplicada ao contrato e capaz de impactar na execução.	Compartilhada	Alteração de normas do ordenamento jurídico aplicadas às contratações públicas.	Possibilidade de alteração contratual;  Readequação dos procedimentos administrativos	1 (Muito baixa)	3 (Médio)	3 (Médio)	As partes envolvidas na contratação deverão se manter atualizados às novidades legislativas e

Nº	RISCO	RESPONSÁVEL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO FINAL	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
				aplicados ao contrato;  Possibilidade de alteração dos custos contratuais.				adequar o contrato às novas obrigações.
8	Apresentação de documentação falsa/fraudulenta para fins de comprovação de quaisquer regularidades exigidas na contratação.	Contratada	Impossibilidade de apresentação de regularidade integral da empresa e esta se recorre aos meios ilícitos para que não seja punida.	Indução do fiscal ao erro;  Ocorrência de crime.	2 (Baixa)	5 (Muito alto)	10 (Alto)	Aumentar a atenção do fiscal quanto aos documentos apresentados pela empresa e, no caso de suspeita de apresentação de documentação falsa/fraudulenta, adotar as providências administrativas necessárias.

3.	RISCOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO ATUAL							
Nº	RISCO	RESPONSÁVEL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO FINAL	AÇÕES DE MITIGAÇÃO

Nº	RISCO	RESPONSÁVEL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO FINAL	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
1	Entrega de produtos audiovisuais fora dos padrões técnicos e editoriais estabelecidos pelo TCE-RO (qualidade de imagem, áudio, identidade visual e sonora)	Contratada	Ausência de <i>briefing</i> detalhado nas ordens de serviço; interpretação divergente dos padrões institucionais; falha na supervisão interna da contratada; uso de equipamentos ou softwares incompatíveis com os formatos exigidos	Retrabalho e atraso na publicação; comprometimento da imagem institucional do TCE-RO; acúmulo de demandas não concluídas; insatisfação do público-alvo	1 (Muito baixa)	2 (Baixo)	2 (Baixo)	Encaminhar para a contratada o manual de identidade audiovisual do TCE-RO; definir protocolos de aprovação; Não atestar o serviço em caso de recusa reiterada.
2	Falha ou inadequação dos equipamentos de captação, edição e transmissão fornecidos pela contratada, comprometendo coberturas ao vivo e eventos institucionais	Contratada	Equipamentos obsoletos ou sem redundância; falha técnica inesperada em campo; ausência de kit reserva para transmissões ao vivo	Cancelamento ou interrupção de transmissão ao vivo de sessões e eventos do TCE-RO; perda irreparável de registros de eventos únicos; dano reputacional ao Tribunal	4 (Alta)	3 (Médio)	12 (Alto)	Incluir cláusula de responsabilidade integral da contratada por falhas de equipamentos.
3	Descumprimento dos prazos de entrega dos produtos definidos nas ordens de serviço, especialmente para conteúdos com veiculação agendada	Contratada	Acúmulo simultâneo de demandas; subdimensionamento da equipe para o volume de ordens de serviço emitidas; falhas de planejamento interno da contratada; imprevistos logísticos em coberturas externas	Publicação intempestiva de conteúdos estratégicos; perda de relevância editorial; necessidade de prorrogação de prazos de publicação em plataformas digitais; possível aplicação de sanções contratuais	2 (Baixa)	3 (Médio)	6 (Médio)	Estabelecer prazos de produção por tipo de produto (reportagem, VT, documentário, cobertura ao vivo).
4	Produção de conteúdo jornalístico ou institucional com imprecisões técnicas sobre a atuação do TCE-RO, o Poder Público ou o controle externo, gerando desinformação ou constrangimento institucional	Contratada	Desconhecimento da estrutura e competências do TCE-RO pelo repórter ou roteirista; ausência de processo de validação editorial pelo TCE-RO antes da publicação; excesso de demandas simultâneas que reduzem o tempo de apuração	Publicação de informações incorretas sobre atos do Tribunal; necessidade de publicação de erratas ou retratações; dano à credibilidade institucional; possível cobertura negativa por veículos de imprensa externos	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)	Exigir, como requisito de habilitação técnica, comprovação de experiência prévia em comunicação pública ou institucional; incluir etapa obrigatória de validação editorial pelo TCE-RO antes da publicação de qualquer produto.
5	Interrupção ou degradação da qualidade das transmissões ao vivo de sessões plenárias, eventos e cerimônias institucionais por falha de conectividade ou infraestrutura de rede	Contratada	Dependência de infraestrutura de internet do TCE-RO ou de provedores locais; ausência de link de contingência; instabilidade de sinal em locais externos; dimensionamento inadequado de largura de banda para transmissões simultâneas	Interrupção de transmissão ao vivo de atos oficiais; comprometimento do acesso público às sessões do Tribunal; dano reputacional; necessidade de reagendamento de eventos	3 (Média)	4 (Alto)	12 (Alto)	Definir responsabilidades claras sobre fornecimento de infraestrutura de conectividade para transmissões ao vivo; exigir que a contratada disponha de link de contingência móvel (4G/5G) para uso em casos de falha; estabelecer teste de conectividade obrigatório antes de cada transmissão; prever protocolo de comunicação de falhas em tempo real ao fiscal.
6	Falha na fiscalização do contrato, com execução desequilibrada entre os itens contratados - superexecução de determinados produtos -, comprometendo a conformidade entre o serviço efetivamente prestado e o objeto contratado	Administração	Ausência de controles sistemáticos de acompanhamento das ordens de serviço emitidas e dos itens efetivamente executados por categoria; concentração das demandas em determinados itens; emissão de ordens de serviço sem controle do saldo disponível por item; atesto do serviço baseado apenas na entrega do produto final, sem verificação da conformidade quantitativa e qualitativa por perfil e tipo de produto	Superexecução de itens, gerando desequilíbrio financeiro e eventual extrapolção do valor contratado; subutilização de itens contratados sem aproveitamento do potencial da solução;	4 (Alta)	5 (Muito alto)	20 (Extremo)	Estabelecer dois tipos de fiscal, o fiscal técnico e o fiscal administrativo. O fiscal técnico, será responsável por monitorar a conformidade qualitativa de cada produto entregue, verificando se o perfil profissional executante corresponde ao demandado na ordem de serviço e aos padrões técnicos e editoriais estabelecidos; já o fiscal administrativo deverá manter planilha de controle atualizada com o saldo executado e disponível por item contratado, cruzando ordens de serviço emitidas, produtos entregues e valores atestados, impedindo a emissão de novas ordens que superem os limites por item.



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 30/04/2026, às 12:07, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 30/04/2026, às 13:19, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1001937** e o código CRC **B2123458**.

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/TCE-RO**  
**ANEXO V – PLANILHA DE RESUMO DE PREÇOS**

Constitui o Anexo V do presente edital a Planilha de resumo de preços, elaborada pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, conforme Instrução de Cotação n. 023/2026/DLC-Selic (1052472).



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA, Chefe**, em 12/06/2026, às 07:46, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1057984** e o código CRC **58B1158F**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC

Divisão de Licitações e Contratações - DLIC

Processo Administrativo	SEI n. 008803/2025
Identificação da Planilha	Instrução de Cotação n. 023/2026/DLC-Selic
Objeto:	Contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de 12 (doze) meses.
Sistema de Registro de Preços:	Não

Planilha de resumo de preços


ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até 4 (quatro) horas na cidade de Porto Velho.	1	49	Serviço	R\$ 679,27	R\$ 33.284,23
2	Captação em formato jornalístico (interno/externo), com uma câmera padrão FULL HD (1920x1080px) composta por cinegrafista, operador, kit de iluminação jornalística, kit de microfones, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até 4 (quatro) horas no interior do Estado de Rondônia.	1	6	Serviço	R\$ 994,51	R\$ 5.967,06

3	Elaboração de roteiro para vídeos institucionais, a ser elaborada por jornalista, consistindo em produção de texto com informações para captação de imagens e junção ao áudio, seja em off ou spot, que descreva os aspectos ligados à produção audiovisual do início ao fim, com a consequente entrega de produto final.	1	6	Serviço	R\$ 536,93	R\$ 3.221,58
4	Narração/Locução profissional para vídeos institucionais, deve ser realizada em estúdio ou com equipamento profissional que garanta alta qualidade de áudio, livre de ruídos, ecos ou distorções, com a consequente entrega de produto final.	1	6	Serviço	R\$ 700,00	R\$ 4.200,00
5	Cobertura de evento com até 4 (quatro) horas de duração, contendo duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc). Equipe técnica completa com dois cinegrafistas, operadores de corte. Transporte de equipe e equipamentos para solenidades, seminários e cursos da ESCON e/ou outros eventos institucionais. O serviço deve atender capital e interior do Estado de Rondônia.	1	13	Serviço	R\$ 2.445,53	R\$ 31.791,89



6	<p>Captação em estúdio, que pode ser na empresa ou nas dependências do TCERO conforme a necessidade, para entrevista, com duas câmeras padrão FULL HD (1920x1080px), com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local (via Youtube, Teams, etc), com equipe técnica completa, iluminação de estúdio, mesa de áudio e kit de microfones para até 4 pessoas, incluindo o moderador para talk show, entrevistas e debates.</p>	1	24	Serviço	R\$ 1.734,74	R\$ 41.633,76
7	<p>Edição Nível I (Essencial) Edição simples de vídeo de cobertura de eventos para acervo, utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existentes. Edição simples, sem roteiro específico. Com inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha. Critério técnico: Edição linear de cortes secos e finalização rápida.</p> <p>A unidade de medida corresponde a cada minuto de duração do vídeo final entregue.</p>	1	40	Unidade	R\$ 375,29	R\$ 15.011,60

8	<p>Edição Nível II (Intermediária)</p> <p>Edição de matéria jornalística e vídeo utilizando imagens captadas e/ou banco de imagens existente. Ilha de edição compatível com o formato de imagens captadas, com profissionais especializados para utilização da ilha.</p> <p>Critério técnico: Envolve construção de narrativa (storytelling), seleção de sonoras/entrevistas, inserção de GCs de identificação e trilha sonora.</p> <p>A unidade de medida corresponde a cada minuto de duração do vídeo final entregue.</p>	1	250	Unidade	R\$ 620,00	R\$ 155.000,00
9	<p>Edição Nível III (Complexa)</p> <p>Edição de vídeo institucional e/ou promocional, utilizando imagens captadas e/ou banca de imagens existentes. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha, atendendo a roteiro produzido especificamente para o vídeo.</p> <p>Critério técnico: Exige roteirização técnica, tratamento de cor (color grading), mixagem de áudio avançada e elementos de identidade visual animada (motion graphics).</p> <p>A unidade de medida corresponde a cada minuto de duração do vídeo final entregue.</p>	1	60	Unidade	R\$ 1.275,00	R\$ 76.500,00
10	<p>Produção de vinhetas animadas sonorizadas, em computação gráfica 2 D para utilização em vídeos e matérias jornalísticas (abertura, transição e encerramento de vídeo, mapas, infográficos, letterings, etc.). Produtos com até 15 segundos de duração.</p>	1	5	Serviço	R\$ 324,18	R\$ 1.620,90

11	Transmissão de sessões plenárias, cursos, seminários e outros eventos em modalidade "Streaming", com 06 (seis) câmeras padrão de qualidade mínima FULL HD (1920x1080px) equipe composta por cinegrafista, operador, kit de microfones, diretor de imagem, transporte de equipe e equipamentos, para atender eventos de até 4 (quatro) horas de duração na cidade de Porto Velho.	1	51	Serviço	R\$ 3.767,50	R\$ 192.142,50
12	Gestão de tráfego pago em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	1	12	Serviço	R\$ 1.166,67	R\$ 14.000,04
13	Créditos para impulsionamento em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube)	1	48000	Serviço	R\$ 1,00	R\$ 48.000,00
Valor total médio estimado						R\$ 622.373,56
Responsável pela Pesquisa de Preços:				<div><div><div>Documento assinado digitalmente LEANDRO GUIMARAES RIBEIRO Data: 20/05/2026 15:13:15-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></div></div><div>Leandro Guimarães Ribeiro - Técnico Administrativo Matrícula 388</div></div>		
Declaro para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura aquisição/contratação dos itens presentes neste processo licitatório, que o preço						
→	<a href="#">(1) Art. 8º da Resolução nº 397/2023/TCE-RO.</a>					
Data:	quarta-feira, 20 de maio de 2026					